Classificação:

DIEx Simplificado Nº 429-Sec Tec/CRO/12
EB: 64333.002520/2024-53

Manaus, AM, 24 de junho de 2024.

Do Chefe da Seção Técnica
Ao Sr Chefe da Salc

Assunto: Proposta do 1° Termo Aditivo de prazo de vigência contratual - TC 14/2023 - Licitação : Pregão Eletrônico - 13/2023

Anexos:
1) TC_14_2023_TA- 1_ Encamin_Adtv_Prz_Vigên_Contra.pdf

1. Acerca do assunto, solicito ao senhor, confeccionar e propor ao senhor Ordenador de Despesas desta Comissão Regional de Obras, minuta de **Termo Aditivo relativa ao Termo de Contrato do Assunto, conforme informações detalhadas a seguir:**

A. Objeto: TC 14/2023 - Reparação da Estrutura da Casa de Matar da 3ª Cia FE, em Manaus/AM.

B. N° do Aditivo: 01

C. Valor e porcentagem de Acréscimo: Não há.

D. Valor e porcentagem de Supressão: Não há.

E. Acréscimo de Prazo de Vigência: 148 dias.

F. Acréscimo de Prazo de Execução: Não há.

G. Memória de Decisão: Não é o caso.

H. Empenho: Não é o caso.

2. Solicito, ainda, que a referida minuta seja proposta ao senhor Ordenador de Despesas e que, após aprovação, seja submetida à aprovação jurídica pela Consultoria Jurídica da União (e-CJU).

3. Sugiro, incluir o *Checklist de encaminhamento de Termo Aditivo* na lista de verificação dessa Seção e solicito que, antes de ser encaminhado o processo para a CJU, essa Chefia faça a conferência de toda a documentação.

4. Por fim, solicito que a Seção Técnica seja mantida informada quanto ao andamento do respectivo processo, informando tempestivamente quaisquer necessidades de informação e/ou retorno daquela Consultoria Jurídica.

[redacted] **- Maj**
Chefe da Seção Técnica

80 ANOS DO INÍCIO DAS OPERAÇÕES DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA NO TEATRO DE OPERAÇÕES EUROPEU

Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) **Maj** [redacted] em 24/06/2024, às 16:45 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS / 12ª REGIÃO MILITAR
CHECK LIST – ENCAMINHAMENTO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

1. Cada item da Lista de Verificação foi conferido com base nos documentos entregues pela CONTRATADA e gerados pela FISCALIZAÇÃO do Contrato.

2. O resultado da inspeção da presente Lista de Verificação foi anotado nos campos disponíveis.

3. DADOS DO CONTRATO

3.1 Objeto: **Reparação da Estrutura da Casa de Matar da 3ª Cia FE, em Manaus/AM.**
3.2 Empresa executora: M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA.
3.3 Valor inicial do Contrato: **R$ 334.438,41**
3.4 Valor Aditivado/%: **R$ 0,00 / 0,00 %**
3.5 Valor Suprimido/%: **R$ 0,00 / 0%**
3.6 Valor Apostilado: **R$ 0,00**
3.7 Valor final do Contrato: **R$ 334.438,41**
3.8 Número do Termo de Contrato: **14/2023**
3.9 Vigência do Contrato inicial: **09/11/2023 a 05/08/2024**
3.10 Aditivo de Vigência: **0 dias**
3.11 Vigência do Contrato atual: **09/11/2023 a 05/08/2024**
3.12 Data da Ordem de Serviço (Projetos): **27/11/2023**
3.13 Data da Ordem de Serviço (Obra): **27/11/2023**
3.14 Período de Execução inicial: **27/11/2023 a 25/02/2024**
3.15 Aditivo de prazo de execução: **0 dias**
3.16 Período de Execução atual: **27/11/2023 a 25/02/2024**

4. INFORMAÇÕES QUANTO AO CRONOGRAMA

Valor Previsto (R$)	%	Valor Executado (R$)	%	Obra no Prazo
334.438,41	100,00	51.646,74	15,44	Não

5. ANEXOS

ITEM	Conformidade		
	Sim	*Não*	*Observações*
5.1 Solicitação da Contratada		X	
5.2 Justificativa do Fiscal	X		
5.3 Planilha Orçamentária		X	Não é o caso
5.4 Projetos (plantas) e desenhos do projeto atualizado contemplando as alterações propostas no aditivo		X	Não é o caso
5.5 Declaração de concorde do Projetista Originário com as modificações propostas no aditivo		X	Não é o caso
5.6 Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) do Aditivo		X	Não é o caso
5.7 Cronograma físico-financeiro vigente	X		
5.8 Cronograma físico-financeiro a ser proposto (SFC)		X	
5.9 Haverá necessidade de aditamento de prazo? Em caso positivo, o mesmo já se encontra elaborado e aprovado? Em caso negativo, providenciar.		X	
5.10 Memória de cálculos dos quantitativos a serem aditados/suprimidos		X	Não é o caso
5.11 Cotações de insumos/serviços complementares (SFC)		X	Não é o caso
5.12 Relatório de Acompanhamento Simplificado do OPUS	X		
5.13 Ficha de Informações Gerais de Obra (FIGO) da última medição	X		
5.14 Outros julgados necessários		X	

6. DADOS RELEVANTES DO ADITIVO

Prazo atual de Vigência	Aditivo proposto	Prazo final de Vigência proposto
05/08/2024	148 dias	31/12/2024

7. ENCAMINHAMENTO DO ADITIVO

Aprovação interna (CRO/12)	
2º Gpt E	
Diretoria de Obras Militares	
Obs: Após aprovação do termo aditivo, o mesmo deverá ser registrado no OPUS para validação da Diretoria de Obras Militares Limites de Aprovação: Até R$ 250.000,00 – Aprovação interna De R$ 250.000,01 a R$ 500.000,00 – 2º Grupamento de Engenharia Acima de R$ 500.000,00 – Diretoria de Obras Militares	

8. CONTROLE DE TRAMITAÇÃO DO ADITIVO:

DATAS					
1	2	3	4	5	6
	Tramitação interna: dias ((6)-(1))				

(1) Protocolo do Pedido de aditivo;
(2) Despacho Ch CRO;
(3) Entrega na Sec Tec;
(4) Saída da Sec Tec ao Ch CRO;
(5) Assinatura do OD;
(6) Upload no OPUS/ Encaminhamento ao 2º Gpt E

9. FATOS RELEVANTES OU CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS DO FISCAL DO CONTRATO

Prosseguir.

10.

ASSINATURA: _____
Chefe da Subseção de Fiscalização de Obras

DATA: 17 / 06 / 24

11. OBSERVAÇÕES GERAIS E DESPACHO:

CH SSEÇ FISC OBRAS:

prossegue

CH SEC TEC:

CH CRO/12:

Obs1: Em caso de existir mais de um reajuste, os mesmos serão expressos em separado no item 3.6, demonstrando o seu total;
Obs 2: Em caso de existir mais de um aditivo (acréscimo ou supressão), os mesmos serão expressos em separado no item 3.4 e 3.5, respectivamente, demonstrando o seu total;

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITOBRASILEIRO
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR

JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA ADITIVO DE VIGÊNCIA AO CONTRATO 14/2023

1. ASSUNTO

Solicitação de Termo Aditivo de vigência ao Termo de Contrato nº 14/2023 – CRO12.

2. CONTRATO

Objeto: **Reparação da Estrutura da Casa de Matar da 3ª Cia FE, em Manaus/AM.**

2.1. Informações Gerais:

2.1.1. Condições iniciais contratadas

- **Licitação:** Pregão Eletrônico – 13/2023
- **Regime de Execução**: Empreitada por Preço Unitário
- **Data da apresentação da proposta**: AGOSTO 23
- **Empresa Contratada**: M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA
- **Valor Contratual**: R$ 334.438,41
- **Prazo de Execução da Obra**: 90 dias corridos após assinatura da Ordem de Serviço.
- **Vigência da Obra:** 270 dias corridos após a assinatura do contrato
- **Data da Ordem de Serviço**: 27/11/2023
- **Período de Execução da Obra**: de 27/11/2023 até 25/02/2024
- **Vigência Contratual**: de 09/11/2023 até 05/08/2024

2.1.2. Termos Aditivos celebrados

Não há.

2.1.3. Termos de Apostilamentos Celebrados

Não há.

3. EXPOSIÇÃO DOS FATOS / JUSTIFICATIVA TÉCNICA

Durante o curso da execução contratual, houve a necessidade de adequações nos serviços previstos devido à exigência de reforçar a estrutura existente. Essa medida foi essencial para garantir uma melhor adequação técnica às necessidades da obra.

Além disso, o material empregado na obra de reforço estrutural acrescenta complexidade à logística e ao cronograma da obra, fazendo com que a contratada encontrasse dificuldades na aquisição do material. Vale ressaltar que, por se tratar de uma laje que está em uso, a obra demanda mais atenção e cuidados especiais para garantir a segurança e a integridade tanto da estrutura quanto das pessoas que a utilizam.

A fim de possibilitar à Administração proceder com os atos administrativos necessários dentro da vigência contratual, esta Fiscalização estima que seja necessário o aditivo de vigência proposto.

Prazo		Observações
Vigência	148 dias	A nova vigência contratual passa a ser **31 DEZ 2024**

Tabela 1 – Dilação de Prazo.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

a) Item IV do § 1º do Art 57 da Lei nº 8.666, de 21 JUN 93.
b) Item 2.4 da Cláusula Segunda do Termo de Contrato nº 14/2023, da CRO/12.

5. CONCLUSÃO

Face ao exposto no item 3, faz-se necessária a celebração de Termo Aditivo visando à prorrogação de Vigência Contratual, de modo que a Administração possa celebrar os Atos Administrativos pendentes e honrar com os devidos pagamentos dentro da Vigência do Contrato.

Cabe registrar que este aditivo não constituirá prejuízos para a Administração e tampouco para a Contratada, mantendo-se assim a equação econômico-financeira do Contrato.

6. ANEXO:

- Relatório de Acompanhamento Simplificado do OPUS; e
- Ficha de Informações Gerais de Obra (FIGO).

Manaus - AM, 14 de junho de 2024.

[redacted]

CREA: 14.241 D/AM

Esta peça faz parte da processo n. 64333.002309/2023-50

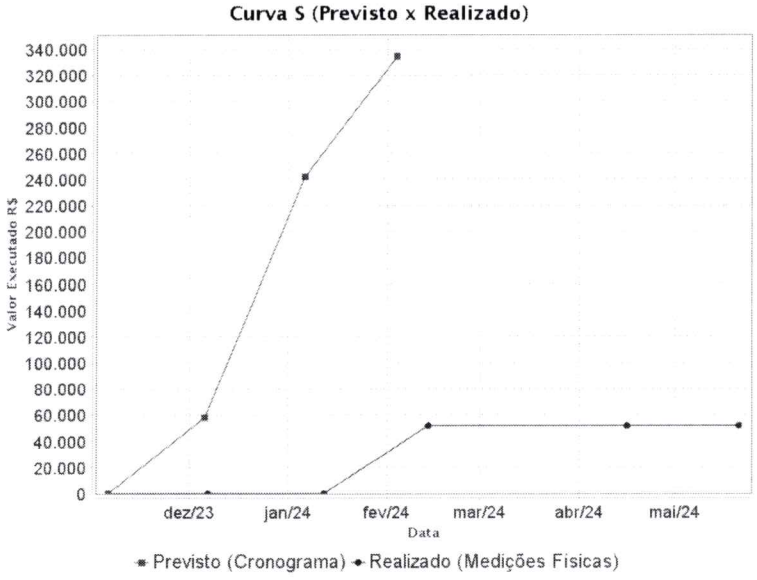
Esta peça faz parte da processo n. 64333.002309/2023-50

Relatório de Acompanhamento Simplificado

12ª RM

201812000136 - Adequação / Estande de Tiro / 3ª Cia F Esp, Manaus/AM





N° Contrato: 14/2023 Última medição: 21 mai 2024

Situação Físico-Financeira	Valor (R$)	%
Contratado	334.438,41	100,00
Empenhado	334.438,41	100,00
Liquidado	51.646,74	15,44
Pago	51.646,74	15,44
Ordem de Serviço	27 nov 2023	
Prazo de Execução	25 fev 2024	
Vigência Contratual	02 ago 2024	
Prev. Cronograma (%)	100.0000	⚠ Obra Atrasada
Situação Física Real (%)	15.4500	

Observações:

AO: 219D | Fiscal: 1º Ten Martins | Empresa: M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA | 1) Situação: em andamento | 2) Serviços em Execução: pilares metálicos | 3) Impedimentos: não há | 4) Providências: Não há. | 5) Outras Info: não há.

Ficha de Informações Gerais de Obra - FIGO

14/2023 - Reparação da Estrutura da Casa de Matar da 3ª Cia FE, em Manaus/AM, em Manaus/AM

1 - INFORMAÇÕES DO OBJETO					
Objeto:	Reparação da Estrutura da Casa de Matar da 3ª Cia FE, em Manaus/AM				
Cidade/UF:	Manaus/AM	**Grande Cmdo:**	CMA	**OM beneficiada:**	3ª Cia FE
Nº OPUS:	201812(	**Programa estratégico:**	FM20	**Ação Orç:**	219D

2 - INFORMAÇÕES GERAIS (LICITAÇÃO E CONTRATO)									
Edital:	PE 13/2(	**Valor Administração:**	R$ 440.344,90		**Desconto:**	24,1%		**Data Rfr Orç**	15/08/2023
Nº Contrato:	**14/2023**	**Empresa:**	M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA				**CNPJ:**	26.885.173/0001-28	
Responsável:	OSMAR MIRANDA			**Telefone:**	(92) 99131-3605		**Email:**	osmar_miranda@yahoo.com.br	
Preposto:				**Telefone:**			**Email:**		
Fiscal Contrato/Técnic	Ten Martins			**Telefone:**	(92) 99207-0162		**Email:**	lmartinss.eng@gmail.com	
Fiscal Contrato/Téc Su	Ten Vital			**Telefone:**	(92) 99985-1372		**Email:**	ma_vital@hotmail.com	

Valor Inicial:	Assinatura do Contrato	09/11/2023	Vigência Contratado (d)	270	Término da Vigência Inicial	05/08/2024
R$ 334.438,41	Início da Obra (Data da OS)	27/11/2023	Prazo Contratado (d)	90	Término de Prazo Execução	25/02/2024

3 - RESPONSABILIDADE TÉCNICA			
ART Nº	**Profissional**	**Finalidade**	**Data**
AM20230422709	NAHUM BRASIL DE FREITAS	Projeto de reforço estrutural	**04/12/2023**
AM20230423244	LEONARDO MARTINS CARMO DA SILVA	Fiscalização e aditivos	**14/12/2023**
AM20230423694	CARLOS AZEDO PONTES	Execução	**11/12/2023**

4 - INFORMAÇÕES GERENCIAIS

4. ...LOR ATUAL DO CONTRATO			
Va... Inicial	R$	334.438,41	
Acréscimos	R$	-	0,00%
Supressões	R$	-	0,00%
Reequilíbrio	R$	-	0,00%
Reajustes	R$	-	0,00%
Valor atual	R$	334.438,41	

DATA VIGÊNCIA ATUAL	
Assn Contr	09/11/2023
Prz Vgr In	270
Prz Vgr Aditivo	0
Vgr Atual	05/08/2024

DATA EXECUÇÃO ATUAL	
Data OS	27/11/2023
Prz Exec In	90
Prz Exec Aditivo	0
Exec Atual	25/02/2024

SITUAÇÃO FINANCEIRA			
Valor Empenhado	R$	334.438,41	100,00%
Valor Liquidado	R$	51.646,74	15,44%
Valor a Liquidar	R$	282.791,67	84,56%
Saldo para acréscimo d	R$	83.609,60	25,00%

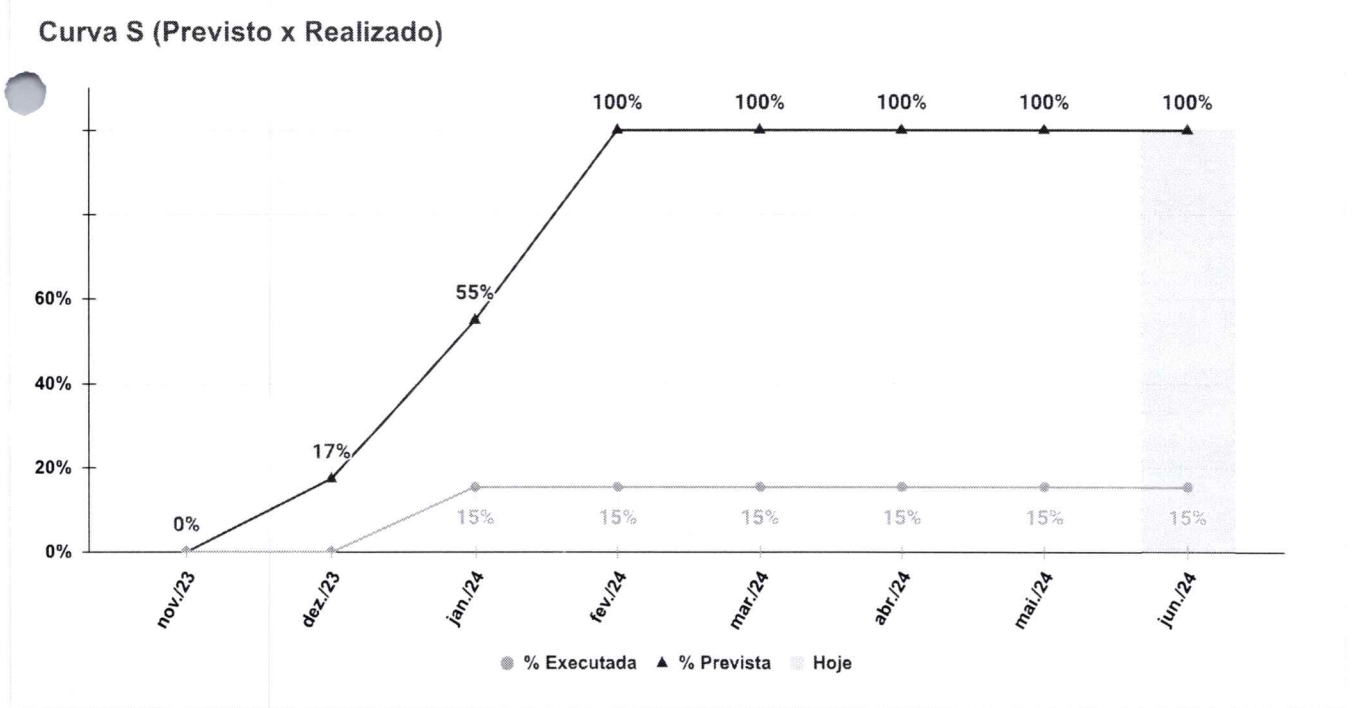
NECESSIDADE DE RECURSOS (MÉDIA 3 ÚLTIMAS MEDIÇÕES)		
Me Liq (3 m)	R$	-
Nec Rcs	R$	-
Prv Nec Rcs (m)	R$	-
Estm Dur Rcs		jun./24

NECESSIDADE DE RECURSOS (MÉDIA 5 ÚLTIMAS MEDIÇÕES)		
Me Liq (5 m)	R$	7.378,11
Nec Rcs	R$	-
Prv Nec Rcs (m)		0,00
Estm Dur Rcs		jun./24

SALDO DE RECURSO POR ANO DO RECURSO				
Saldo por ano	2024	R$	-	0,00%
RP	2023	R$	282.791,67	100,00%
RP	2022	R$	-	0,00%
RP	2021	R$	-	0,00%

OBSERVAÇÕES / IMPEDIMENTOS

5 - ACOMPANHAMENTO DA OBRA



Ficha de Informações Gerais de Obra - FIGO

14/2023 - Reparação da Estrutura da Casa de Matar da 3ª Cia FE, em Manaus/AM, em Manaus/AM

6 - NOTIFICAÇÕES/ PROCESSO ADMINISTRATIVO

Nº NOT /PORT PA	DATA DE ENVIO/ABERTURA	MOTIVO	RESPOSTA DA EMPRESA	SANÇÃO

CRONOGRAMA PREVISTO X REALIZADO

Ano	Ref Mês	Previsão	Previsto Acumulado	Executado	Exec Acumulado	% Prevista	% Executada	IDP
2023	11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%	100,0%
2023	12	58.172,14	58.172,14	0,00	0,00	17,4%	0,0%	0,0%
2024	1	125.558,31	183.730,45	51.646,74	51.646,74	54,9%	15,4%	28,1%
2024	2	150.707,96	334.438,41	0,00	51.646,74	100,0%	15,4%	15,4%
2024	3		334.438,41	0,00	51.646,74	100,0%	15,4%	15,4%
2024	4		334.438,41	0,00	51.646,74	100,0%	15,4%	15,4%
2024	5		334.438,41	0,00	51.646,74	100,0%	15,4%	15,4%
2024	6		334.438,41	0,00	51.646,74	100,0%	15,4%	15,4%

CONTROLE DOS TERMOS ADITIVOS / REAJUSTES

APROVADOS

Nº	Tipo	Prz Exec	Prz Vgr	Acréscimo	Supressão	Total
TA-1	Prazo					R$ -
						R$ -

EM ANÁLISE / EM ELABORAÇÃO

Nº	Tipo	Prz Exec	Prz Vgr	Acréscimo Solicitado	Supressão Solicitado	Total Solicitado	Total Aprovado	Nº Pedido	STATUS CRO 12	STATUS OPUS
N/A										

MEMÓRIA DE CÁLCULO PARA REAJUSTAMENTO

Nº Reajuste	I (n-1)	I (n)	I (r)	Valor Contr	Saldo não Reaj	Valor Reaj
Total						**0,00**

CADASTRO DAS NOTAS DE EMPENHO

Data Emp	Nº NC	Nº NE	UG	AO	Valor (R$)
11/10/2023		2023NE000243	160017		334.438,41
Total					**334.438,41**

RESUMO DOS VALORES PAGOS POR EMPENHO

Nº NE	Soma de Valor (R$)	Liquidado	Saldo a liquidar	% Liquidado	Status NE	Data Empenho	Data Última Liq
2023NE000243	334.438,41	51.646,74	282.791,67	15,4%		11/10/2023	01/03/2024
TOTAL	**334.438,41**	**51.646,74**	**282.791,67**	**15,4%**			

RESUMO DOS VALORES TOTAIS PAGOS

RESUMO GERAL - VALORES PAGOS		
CONTRATO	R$ 51.646,74	15,44%
ADITIVOS	R$ 0,00	0,00%
REAJUSTES	R$ 0,00	0,00%
REEQUILIBRI	R$ 0,00	0,00%
TOTAL	**R$ 51.646,74**	**15,44%**

RESUMO POR PEÇAS - VALORES PAGOS		
Contrato	R$ 51.646,74	15,44%
TOTAL	**R$ 51.646,74**	**15,44%**

LIQUIDAÇÕES E PAGAMENTOS

Medição	Nr	Empenho Ut	Nº NF	Valor NF (R$)	Data NF	OB	Data OB	Mês Exec	Ano Exec	Situação OPUS
Contrato	1	2023NE000243	341	51.646,74	02/02/2024	2024OB000099	06/03/2024	1	2024	Cadastrado

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA**

CPF/CNPJ: **26.885.173/0001-28**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 15:54:08 do dia 17/07/2024 , com validade até o dia 16/08/2024.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: 5IlOJZke1Jd7bQmNl3Pe

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 17/07/2024 15:53:35

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA**
CNPJ: **26.885.173/0001-28**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 26.885.173/0001-28
Certidão nº: 50057071/2024
Expedição: 17/07/2024, às 15:52:49
Validade: 13/01/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **26.885.173/0001-28**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN)

Consulta Contratante

Emissão em 17/07/2024, 15:51

Parâmetros: CPF / CNPJ: 26.885.173/0001-28. Situação IRREGULAR

Instituicao responsavel pela anotacao	CPF/CNPJ Irregular	Nome	Data de inclusao
MINISTERIO DA FAZENDA - Secretaria Especial da RFB	26.885.173/0001-28	M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA	14/12/2021

Código de Validação: MzFjODZlY2ZkNTViZDM3NDhiZDU4NzJkNWM3MDJiY2YyZTdiODdhYzliZWUyOGRmYzc2ZWZkZTEyOGRhZDM0OQ==

Para validar esse documento acesse a opção Cadastro -> Validar Relatórios

A apresentação deste documento não dispensa a consulta ao Cadin a ser realizada pela Administração Pública no momento da operação a que se destina

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**26.885.173/0001-28**	DUNS®:	**919167146**
Razão Social:	**M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA**		
Nome Fantasia:	**MDCA CONSTRUCAO**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**10/03/2025**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal (Possui Pendência)

Receita Federal e PGFN		Sem Informação	(*)	
FGTS		Validade:	**31/07/2024**	**Automática**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**12/01/2025**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**06/09/2023**	(*)
Receita Municipal	Validade:	**31/08/2023**	(*)

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira (Possui Pendência)

Validade: **31/05/2024** (*)

CPF: 445.XXX.XXX-49 Nome: [redacted]

Ass: _____

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO **Nº 14/2023**, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA **COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS** DA 12ª REGIÃO MILITAR E A **M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA**.

A UNIÃO, por intermédio da COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR, com sede na Avenida Coronel Teixeira, 2061, Bairro Ponta Negra, na cidade de Manaus/AM, inscrita no CNPJ sob o nº 09.583.415/0001-00, neste ato representada pelo seu Ordenador de Despesas, **Tenente-Coronel** [redacted] nomeado pela Portaria nº 485, de 12 de maio de 2022, publicada no DOU nº 91, de 16 de maio de 2022, inscrito no CPF nº [redacted] portador da matrícula funcional militar nº 013091084-7, doravante denominada CONTRATANTE, e empresa **M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **26.885.173/0001-28,** sediada na Rua São Joaquim, nº 57, Bairro: Morro da Liberdade, CEP: 69073-000 em Manaus/AM, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. **OSMAR MIRANDA**, portadora da Carteira de Identidade nº **1614603-4**, expedida pela SSP/AM e CPF nº **291.130.593-00**, tendo em vista o que consta no Processo **nº 64333.002309/2023-50** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Pregão Eletrônico nº 13/2023**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é:

1.1.1. **PRORROGAR** o prazo de vigência do objeto contratual por mais 148 (cento e quarenta e oito) dias corridos, com fundamento no §1º, do artigo 57 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, encerrando-se em 31 de dezembro de 2024, e seguindo a justificativa técnica para aditivo.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

2.1. A CONTRATADA deverá renovar a garantia contratual anteriormente prestada.

2.1.1. Com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual.

3.1.1 Atualizar, após acréscimos no valor original, o valor da garantia correspondente a 5% do valor atualizado do instrumento original em epigrafe, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão contratante.

3. CLÁUSULA QUARTA – DOCUMENTAÇÃO ANEXA

3.1. Integram este Termo Aditivo, para todos os fins e efeitos, os seguintes documentos técnicos: justificativa técnica para aditivo de prazo e serviço ao Termo de contrato 14/2023, referente a **Reparação da Estrutura da Casa de Matar da 3ª Cia FE, em Manaus/AM.**

4. CLÁUSULA QUINTA - RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

5. CLÁUSULA SEXTA – PUBLICAÇÃO

5.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, de acordo com o prescrito no artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente termo aditivo foi lavrado em **3 (três)** vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Manaus/AM, 17 de julho de 2024.

pela CONTRATANTE

_____

[redacted] – Tenente Coronel
CPF: [redacted]
Ordenador de Despesas da CRO/12

pela CONTRATADA

_____

OSMAR MIRANDA
CPF Nº 291.130.593-00
M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA

ROL DE TESTEMUNHA:

1ª: _____

[redacted] – ST Aux Sec Cont

2ª: _____

[redacted] – 3º Sgt Aux. da SALC

MINISTERIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR
(COMISSÃO DE OBRAS CORONEL PAULO NUNES LEAL)

OFÍCIO nº 44-SALC/CRO/12
EB: 64333.002899/2024-00

Manaus, AM, 18 de julho de 2024.

Senhora
FRANCISLÉIA N. C. DE M. FALCÃO
Consultora AGU
Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar
Rua Salvador, nº440, Edifício Soberane, 16º Andar, Sala 1600
CEP 69057040 - Manaus-AM

Assunto: **Solicitação de parecer jurídico para o TA 1 do TC 14/2023 - vigência ao PE 13/2023**

Senhora Consultora Jurídica da União no Estado do Amazonas,
Encaminho o Processo Administrativo abaixo descrito para análise jurídica, de acordo com o art. 38 da Lei no 8.666/93 c/c art. 11 da Lei Complementar no 73, de 1993, conforme o seguinte formulário para tramitação:

Data Limite: 15 dias	**Solicitação de parecer jurídico destinado ao objeto: Prorrogar** prazo de vigência em 148 dias do TC 14/2023 decorrente ao PE 13/2023 - **Reparação da Estrutura da Casa de Matar da 3ª Cia FE, em Manaus/AM.** **T.FLS:** 592 páginas.
e-mail: licitacro12@gmail.com	**Telefone:** (92) 3238-7514/6853
NUP:6433.002309/2023-50	**Nº de volumes:** 29 PASTAS
Prazo: 15 dias	**Sigla do Órgão:** CRO/12
Prazo de Vigência: R$ 148 dias	**Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 13/2023
Data de abertura do processo: 28 de junho de 2023.	

MODELOS DA AGU	
EDITAL E ANEXO: Foram adotados? (X) SIM ( ) NÃO	
Qual o modelo utilizado: não é o caso	
Houve alteração: ( ) SIM (X) NÃO	
Relação dos itens modificados: não é o caso	
PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO	
ASSUNTO/OBJETO: Prorrogar prazo de vigência em 148 dias do TC 14/2023 decorrente ao PE 13/2023 - **Reparação da Estrutura da Casa de Matar da 3ª Cia FE, em Manaus/AM.**	
IDENTIFICAÇÃO DO TEMA: OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA	
AQUISIÇÕES – Processos e consultas relativas à aquisição onerosa de bens mediante fornecimento único ou parcelado, ainda que a aquisição seja o meio necessário à execução direta de outra atividade ou empreendimento do órgão licitante.	**OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA** - Processos e consultas relativas a contratações de obras e serviços de engenharia, comuns ou especiais, que necessitem da participação e do acompanhamento dos profissionais cujo exercício das atividades seja fiscalizado pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), incluindo os serviços vinculados de fiscalização.
SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - Processos e consultas relativas à contratação de serviços com a disponibilização de trabalhadores da empresa nas instalações da administração pública, mesmo nas hipóteses de haver fornecimento de bens necessários à execução do serviço.	**PATRIMÔNIO** - Processos e consultas que tratem do patrimônio imobiliário da União, incluindo os procedimentos de transferência, onerosa ou não, bem como os atos antecedentes necessários.
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - Processos e consultas relativas à contratação de serviços sem a disponibilização de trabalhadores da empresa nas instalações da administração pública, mesmo nas hipóteses de haver fornecimento de bens necessários à execução do serviço.	**RESIDUAL** - Processos e consultas cujo tema não se enquadre nos demais.
CONCILIAÇÃO E REPRESENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL - Processos ou documentos referentes a Conciliações e que versem sobre Representação em Inquéritos Civis do Ministério Público Federal ou do Trabalho.	
Observação:	

Certifico o SOBRESTAMENTO do processo **NUP 6433.002309/2023-50**, objetivando auxiliar a verificação e análise por parte dessa CJU/AM, assumindo o compromisso da não movimentação do mesmo a partir de 17/07/2024.

[redacted] **- Capitão**
Chefe da Salc

200 ANOS DO TENENTE ANTONIO JOÃO: HERÓI DA EPOPEIA DE DOURADOS.

Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) **Cap** [redacted] em 18/07/2024, às 08:06 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

5vhV-NGY0-SajV-Ky2r

MINISTERIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO

COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR
(COMISSÃO DE OBRAS CORONEL PAULO NUNES LEAL)

DIEx nº 516-Sec Tec/CRO/12
EB: 64333.003406/2024-41

Manaus, AM, 22 de agosto de 2024.

Do Chefe da Seção Técnica
Ao Sr Chefe da Salc
Assunto: Parecer Jurídico ao 1º TA do TC 14/2023 referente a PE 13/2023 - Reparação Casa de Matar 3º Cia - resposta

Referências:
a) Diex Simplificado nº 82-SALC/CRO/12, de 14 AGO 24.

Anexos:
1) ART_TC_14_2023_AM20230423244.pdf

1. Em resposta ao documento da referência, encaminho ao senhor as justificativas das quais a **SALC deve observar ao que estiver em negrito, se for caso**:

a. ITEM 24. No caso presente, não se observa a expressa autorização para a realização/celebração do termo aditivo em pauta, pela autoridade competente, o que solicita-se seja providenciado.: *a autorização para celebração do termo aditivo está na Justificativa Técnica para aditivo de vigência ao contrato 14/2023, na página 3 de 3;*

b. ITEM 27. No caso presente, não consta dos autos o novo cronograma físico-financeiro, razão pela qual solicita-se o pronunciamento do órgão assessorado a respeito do tema e, se for o caso, o complemento da instrução processual.: *a solicitação refere-se à prorrogação do prazo de vigência do contrato, sem alterações no cronograma físico-financeiro, uma vez que não haverá novas etapas de execução de serviços. Portanto, o cronograma físico-financeiro permanece inalterado;*

c. ITEM 33. Na hipótese ora em análise, constata-se a juntada da Certidão de Registro e Quitação – CREA-AM, porém não consta dos autos a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, o que demanda providências por parte do Administrador no sentido de complementar a instrução processual ou a justificativa para não fazê-lo.: *conforme orientação desta Consultoria, será anexada a ART do termo aditivo;*

d. ITEM 34. Quanto à regularidade fiscal e trabalhista da empresa contratada (CNPJ nº 26.885.173/0001-28), é recomendável que sejam acostados aos autos os seguintes registros, dentre outros, se cabíveis ao caso concreto: I) no SICAF; II) no Sistema de Informações ou na Relação de Inabilitados/Inidôneos do Tribunal de Contas da União; III) no CADIN; IV) no Portal da Transparência - CEIS; V) no CADICON; VI) no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade; e VII) no Banco Nacional dos Devedores Trabalhistas, se for o caso.: *a cargo da SALC;*

e. ITEM 35. Conforme se depreende dos autos, a Administração juntou aos autos diversas certidões, cabendo anotar, por oportuno, que incumbe ao Órgão Assessorado verificar, além da regularidade fiscal, a não incidência de impedimentos, suspensões ou

declarações de inidoneidade contra a empresa/entidade contratada. A Administração deve tomar as cautelas necessárias para evitar a formalização de contratos com empresas/entidades impedidas, suspensas ou inidôneas. Recomenda-se, então, que os registros acima descritos sejam mantidos atualizados ao longo do curso do presente contrato, no intuito de verificação da regularidade fiscal, sob pena de aplicação das sanções legais e contratuais cabíveis.: *a cargo da SALC;*

f. ITEM 37. Salienta-se, por oportuno, que alguns dos registros acima podem ser substituídos pela "Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica" do TCU, razão pela qual solicita-se ao órgão assessorado tal averiguação.: *a cargo da SALC;*

g. ITEM 49. Portanto, cabe ao gestor a avaliação da conveniência da presente prorrogação, ciente de que a decisão deve levar em consideração o interesse público, recomendando-se que o órgão assessorado manifeste-se de forma circunstanciada sobre o tema.: *o envio para análise desta Consultoria foi realizado antes do término do prazo de vigência do contrato;*

h. ITEM 50. Por fim, cabe lembrar que a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos, na forma do que estabelece o artigo 94 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo o órgão assessorado atentar para os prazos estabelecidos nos incisos I e II do citado dispositivo legal.: *a cargo da SALC.*

2. Isto posto, entendo que os questionamentos da CJU pertinentes a esta Seção Técnica estão esclarecidos e quaisquer eventuais dúvidas podem ser dirimidas diretamente com o Fiscal do Contrato 1º Ten Martins.

3. Após o atendimento das observações a cargo da SALC, caso existam, o processo poderá prosseguir.

[redacted] **- Maj**
Chefe da Seção Técnica

80 ANOS DO INÍCIO DAS OPERAÇÕES DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA NO TEATRO DE OPERAÇÕES EUROPEU

Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) **Maj** [redacted] em 22/08/2024, às 17:31 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

---

nYvv-hn5B-rWBu-jaug

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO ESPECIALIZADA VIRTUAL DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
SUMÁRIO

PARECER n. 00969/2024/E-CJU/ENGENHARIA/CGU/AGU

NUP: 64333.002309/2023-50
INTERESSADOS: COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR - CRO/12ª RM
ASSUNTOS: PREGÃO ELETRÔNICO E OUTROS

EMENTA: I – TERMOS ADITIVOS DE VIGÊNCIA/ACRÉSCIMO/SUPRESSÃO CONTRATUAL

II – DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. Legislação aplicável: Lei nº 6.496, de 1977; Lei nº 8.666, DE 1993; Lei nº 9.784, de 1999; Lei nº 14.133, de 2021; Decreto nº 7.724, de 2012; Decreto nº 7.983, de 2013; Decreto nº 8.539, de 2015; e Lei Complementar nº 73, de 1993. Análise da minuta do Primeiro Termo Aditivo ao contrato de prestação de serviços de reparação da estrutura da Casa de Matar da 3ª Cia FE, em Manaus/AM. Prorrogação do prazo de vigência contratual.

III – Aspectos gerais sobre a prorrogação contratual. Solicitações diversas de complemento da instrução processual. Apontamentos pertinentes aos registros de regularidade fiscal/trabalhista da empresa contratada. Sugestão de ajuste na redação da minuta do termo de aditamento. Considerações pertinentes à prorrogação do prazo de vigência contratual.

IV – R$ 334.438,41

V – Possível o prosseguimento, com ressalvas, sem necessidade de retorno.

1. Em cumprimento ao disposto na alínea "a" do inciso VI, do artigo 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993 e no artigo 53 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar – CRO/12, órgão integrante do Ministério da Defesa, encaminha a Consultoria Jurídica da União Especializada Virtual em Obras e Serviços de Engenharia os autos do processo em epígrafe, para análise da minuta do Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Contrato Nº 14/2023, oriundo do certame licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 13/2023, firmado com a empresa "M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA", objetivando prorrogação do prazo de vigência do referido contrato.

2. Os autos apresentam-se em formato eletrônico e foram encaminhados ao advogado subscritor por meio virtual, iniciando-se o prazo para análise em 24/07/2024, contendo uma sequência de 20 (vinte) componentes eletrônicos e se encontram instruídos com os seguintes documentos principais necessários à análise do presente aditamento: PARECER N. 1034/2023/NJUR/E-CJU/ENGENHARIA/CGU/AGU (Seq. 5); Edital Nº 13/2013 (Seq's. 11/12, fls. 219/240); Termo de Contrato Nº 14/2023 (Seq. 14, fls. 387/392); extrato de contrato publicado no D.O.U. de 14/11/2023 (Seq. 14, fl. 393); Certidão de Registro e Quitação – CREA-AM (Seq. 19, fl. 568); DIEx Simplificado Nº 429-Sec Tec/CRO/12 – proposta do 1º Termo Aditivo (Seq. 20, pag. 576/579); Justificativa Técnica Para Aditivo de Vigência ao Contrato 14/2023 (Seq. 20, pags. 580/581); Relatório de Acompanhamento Simplificado e Ficha de Informações Gerais de Obra – FIGO (Seq. 20, pags. 582/585); registros/certidões de regularidade fiscal (Seq. 20, pags. 586/590); e minuta do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 14/2023 (Seq. 20, pags. 591/592).

3. O objeto contratual consiste na prestação de serviços de reparação da estrutura da Casa de Matar da 3ª Cia FE, em Manaus/AM.

4. Este é o Relatório.

- FINALIDADE E ABRANGÊNCIA DO PARECER JURÍDICO

5. A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ela envolve, também, o exame prévio e conclusivo dos textos das minutas dos editais e seus anexos.

6. A função desta Unidade consultiva é justamente apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

7. Importante salientar, que o exame dos autos processuais restringe-se aos seus aspectos **jurídicos**, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, parte-se da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

8. De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

9. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências. Assim sendo, o ideal, para a melhor e completa instrução processual, é que sejam juntadas ou citadas as publicações dos atos de nomeação ou designação da autoridade e demais agentes administrativos, bem como, os Atos Normativos que estabelecem as respectivas competências, com o fim de que, em caso de futura auditoria, possa ser facilmente comprovado se quem praticou determinado ato tinha competência para tanto. Todavia, a ausência de tais documentos, por si, não representa, a nosso ver, óbice ao prosseguimento do feito.

10. Finalmente, é dever desta CJU/RJ assinalar que as recomendações e observações constantes deste parecer são em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

- REGULARIDADE DA FORMAÇÃO DO PROCESSO

11. A Medida Provisória nº 2.200-2, de 4 de agosto de 2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil e o Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, tratam da validade dos documentos produzidos em forma eletrônica, bem como o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional. No caso presente, o processo se encontra exclusivamente em meio eletrônico.

12. Cabe destacar, por oportuno, que as declarações constantes dos documentos em forma eletrônica, produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, de acordo com o artigo 219 do Código Civil (artigo 10, § 1º, da MP nº 2.200-2 c/c o artigo 2º, inciso II, alínea "a", do Decreto nº 8.539/2015).

13. De outro lado, o Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020, estabelece a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais. Convém ressaltar, também, que todos os documentos digitalizados devem ser assinados digitalmente com certificação digital no padrão da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil (artigo 5º, inciso I), sob pena de não se equiparar a documento físico para todos os efeitos legais e para a comprovação de qualquer ato perante pessoa jurídica de direito público (artigo 5º, caput).

14. Nos termos do Parecer nº 065/2019/CONJUR-CGU/CGU/AGU, o reconhecimento de firmas ou a autenticação em cartório são dispensáveis, salvo se houver dúvida com relação à autenticidade de documentos físicos, o que não dispensa a assinatura eletrônica para os documentos digitalizados relativos aos processos eletrônicos. Neste sentido, para a obtenção da equiparação, além da assinatura digital, os documentos digitalizados devem seguir os padrões de digitalização exigidos na legislação de regência.

15. Os autos do processo submetidos à análise se encontram regularmente formalizados, em conformidade com o ordenamento jurídico aplicável.

- ANÁLISE

- Da Presente Análise

16. De início, vale destacar que, por se tratar de análise de termo de aditamento, não cabe, neste momento, a apreciação da regularidade jurídica do procedimento que deu origem ao contrato que se pretende aditar, quer

seja procedimento licitatório ou mesmo dispensa/inexigibilidade de licitação.

- Aspectos Gerais Sobre a Prorrogação Contratual

17. Nos contratos por escopo o prazo de vigência e de execução não se confundem. O prazo de execução é aquele destinado à execução do objeto pelo contratado, enquanto que o prazo de vigência abrange o período em que as partes devem cumprir todas as obrigações que lhes incumbem. Neste sentido, tem-se que nos contratos por escopo, mesmo que terminado o prazo de execução, a avença continua válida no mundo jurídico enquanto o prazo de vigência ainda vigorar. Assim, para os contratos dessa natureza, o prazo de vigência deve ser igual ou superior ao prazo de execução.

18. Quanto à possibilidade de prorrogação da vigência de contratos de escopo, referido tema foi objeto do Parecer n. 133/2011/DECOR/CGU/AGU (NUP 00400.014816/2010-98) que tem a seguinte ementa:

"*1. Propostas de Orientações Normativas apresentadas pela Consultoria Jurídica da União em Minas Gerais para uniformização de entendimento.*

2. Os contratos administrativos são classificados segundo diversos critérios, um dos quais depende da natureza do prazo de duração do contrato. Por esse critério, o contrato administrativo poderá ser a termo ou por escopo.

3. Os contratos por escopo impõem ao contratado o dever de realizar uma conduta específica e definida. Caso advenha o termo final do contrato e o objeto não tenha sido concluído por culpa do contratado, poder-se-á optar, visando à melhor forma de atingir o interesse público, pela aplicação das sanções decorrentes da mora ou pela rescisão do contrato.

4. O não cumprimento do objeto do contrato no prazo estipulado deve ser excepcional, pois este foi inicialmente fixado tendo-se em mente o interesse público na execução do contrato.

5. ***O prazo de execução não se confunde com o prazo de vigência do contrato. Este corresponde ao prazo previsto para as partes cumprirem as prestações que lhes incumbem, enquanto aquele é o tempo determinado para que o contratado execute o seu objeto****.*

6. ***Deverá haver previsão contratual dos dois prazos: tanto o de vigência quanto o de execução****, pois não se admite contrato com prazo indeterminado e o interesse público exige que haja previsão de fim tanto para a execução do objeto quanto para que a Administração cumpra a sua prestação na avença.*

7. Caso o termo final do prazo de vigência esteja para ser atingido e a Administração e o contratado pretendam estendê-lo, é necessário formalizar a prorrogação, que, se cabível, deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada, por meio de termo aditivo aprovado pela assessoria jurídica, pela autoridade competente para celebrar o contrato.

8. A vigência dos contratos cuja duração deve ser adstrita à vigência dos créditos orçamentários pode ultrapassar o exercício financeiro em que celebrados, desde que as despesas a eles referentes sejam empenhadas até 31 de dezembro do mesmo exercício financeiro, permitindo-se, assim, sua inscrição em Restos a Pagar." (grifamos).

- Da Prorrogação do Prazo Contratual

19. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega dos contratos administrativos de serviços não continuados, como é o caso do contrato em comento, podem ser prorrogados na forma do previsto no § 1º, do artigo 57, incisos I a VI, da Lei nº 8.666/1993, que assim dispõem:

"Art. 57 A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

.....

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções

legais aplicáveis aos responsáveis.

- Da Prorrogação dos Prazos de Vigência e de Execução Contratual

20. O presente aditamento tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência por mais 148 (cento e quarenta e oito) dias corridos, com fundamento no § 1º, do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, encerrando-se em 31 de dezembro de 2024.

- Da Justificativa de Prorrogação Contratual

21. Cabe destacar que a pretendida alteração contratual encontra-se discorrida no documento intitulado "Justificativa Técnica Para Aditivo de Vigência ao Contrato 14/2023", cujos principais trechos são os seguintes:

"*(...).*

3. EXPOSIÇÃO DOS FATOS/JUSTIFICATIVA TÉCNICA

Durante o curso da execução contratual, houve a necessidade de adequações nos serviços previstos devido à exigência de reforçar a estrutura existente. Essa medida foi essencial para garantir uma melhor adequação técnica às necessidades da obra.

Além disso, o material empregado na obra de reforço estrutural acrescenta complexidade à logística e ao cronograma da obra, fazendo com que a contratada encontrasse dificuldades na aquisição do material. (...).

A fim de possibilitar à Administração proceder com os atos administrativos necessários dentro da vigência contratual, esta Fiscalização estima que seja necessário o aditivo de vigência proposto.

(...).

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

a) Item IV do § 1º do Art 57 da Lei nº 8.666/93, de 21 JUN 93.

b) Item 2.4 da Cláusula Segunda do Termo de Contrato nº 14/2023, da CRO/12.

5. CONCLUSÃO

Face ao exposto no item 3, faz-se necessária a celebração de Termo Aditivo visando à prorrogação de Vigência Contratual, de modo que a Administração possa celebrar os Atos Administrativos pendentes e honrar com os devidos pagamentos dentro da Vigência do Contrato.

Cabe registrar que este aditivo não constituirá prejuízos para a Administração e tampouco para a Contratada, mantendo-se assim a equação econômico-financeira do Contrato.

(...)."

- Da Autorização da Prorrogação Contratual

22. Conforme estabelece o artigo 57, § 2º, da Lei nº 8.666/93, *toda prorrogação de prazo deve ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato*.

23. Trata-se, portanto, de elemento essencial à completa instrução processual, vale dizer, à validade do procedimento de aditamento contratual, nos casos de prorrogação de prazo.

24. No caso presente, não se observa a expressa autorização para a realização/celebração do termo aditivo em pauta, pela autoridade competente, o que solicita-se seja providenciado.

- Do Cronograma Físico-Financeiro

25. O cronograma físico-financeiro consiste na divisão da obra/serviço de engenharia em fases que deverão ser executadas sequencialmente, onde cada uma delas prevê as atividades que serão realizadas e os respectivos prazos de execução, ao final das quais a Administração deverá verificar o devido cumprimento em comparação com as especificações dos projetos, dentre outros requisitos e, conforme o caso, dar o aval ao pagamento de etapa cumprida ou solicitar ao setor técnico a alteração das etapas previstas no cronograma.

26. Ressalta-se que em casos de prorrogação dos contratos de obras/serviços de engenharia, é necessário que seja acostado o cronograma físico-financeiro, com as novas etapas de execução dos serviços.

27. No caso presente, não consta dos autos o novo cronograma físico-financeiro, razão pela qual solicita-se o pronunciamento do órgão assessorado a respeito do tema e, se for o caso, o complemento da instrução processual.

- Da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART

28. O Termo de Referência de uma licitação para serviços de engenharia deve ser elaborado por um responsável técnico a ele vinculado, com inscrição, em geral, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) que efetuará o registro das Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) referentes aos projetos.

29. De outro lado, a Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977, estabelece em seu artigo 1º que *todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART).*

30. Não se pode olvidar, também, que a Anotação de Responsabilidade Técnica pelas planilhas orçamentárias deverá constar do projeto que integrar o edital de licitação, inclusive de suas eventuais alterações, segundo previsto no artigo 10 do Decreto nº 7.983/2013.

31. Ademais, o artigo 10 da Resolução CONFEA nº 1.025, de 2009 classifica a ART como "Complementar", a ART do mesmo profissional que, vinculada a uma ART inicial, complementa os dados anotados nos casos em que for realizada alteração contratual que ampliar o objeto, o valor do contrato ou a atividade técnica contratada ou prorrogar o prazo de execução.

32. Por fim, cabe destacar que a Súmula nº 260 do Tribunal de Contas da União –TCU tem a seguinte redação: "*É dever do gestor exigir a apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART referente a projeto, execução, supervisão e fiscalização de obras e serviços de engenharia, com indicação do responsável pela elaboração de plantas, orçamento-base, especificações técnicas, composições de custos unitários, cronograma físico-financeiro e outras peças técnicas.*"

33. Na hipótese ora em análise, constata-se a juntada da Certidão de Registro e Quitação – CREA-AM, porém não consta dos autos a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, o que demanda providências por parte do Administrador no sentido de complementar a instrução processual ou a justificativa para não fazê-lo.

- Dos Registros de Regularidade Fiscal

34. Quanto à regularidade fiscal e trabalhista da empresa contratada (CNPJ nº 26.885.173/0001-28), é recomendável que sejam acostados aos autos os seguintes registros, dentre outros, se cabíveis ao caso concreto:

I) no SICAF;

II) no Sistema de Informações ou na Relação de Inabilitados/Inidôneos do Tribunal de Contas da União;

III) no CADIN;

IV) no Portal da Transparência - CEIS;

V) no CADICON;

VI) no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade; e

VII) no Banco Nacional dos Devedores Trabalhistas, se for o caso.

35. Conforme se depreende dos autos, a Administração juntou aos autos diversas certidões, cabendo anotar, por oportuno, que incumbe ao Órgão Assessorado verificar, além da regularidade fiscal, a não incidência de impedimentos, suspensões ou declarações de inidoneidade contra a empresa/entidade contratada. A Administração deve tomar as cautelas necessárias para evitar a formalização de contratos com empresas/entidades impedidas, suspensas ou inidôneas. Recomenda-se, então, que os registros acima descritos sejam mantidos atualizados ao longo do curso do presente contrato, no intuito de verificação da regularidade fiscal, sob pena de aplicação das sanções legais e contratuais cabíveis.

36. Vale lembrar, ainda, que ao contrário das demais certidões, as seguintes restrições não inviabilizam a contratação/prorrogação:

a) no CADIN, embora obrigatória a consulta a tal registro, porquanto o E. Supremo Tribunal Federal, na ADIn 1.454-4-DF, suspendeu a vigência do artigo 7º da então Medida Provisória 1.442/1996, depois convertida na Lei nº 10.522, de 2002 e declarou inconstitucional a sanção administrativa nele instituída;

b) no CEIS, visto que no Mandado de Segurança MS 21.750-DF, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, julgado em 25/10/2017, DJe de 07/11/2017, foi destacado que a divulgação do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas pela CGU tem mero caráter informativo, não sendo determinante para que os entes federativos impeçam a participação, em licitações, das empresas ali constantes; e

c) no CADICON, visto que a previsão de comprovação de regularidade junto a tal registro deve se limitar a expressar tratar-se de mera consulta eletrônica remota ao respectivo sítio na Internet, já que é aberta a quaisquer interessados e à própria Administração, para obtenção dos dados existentes, não prevendo o referido cadastro a emissão de certidões ou comprovantes com tal objetivo pelo TCU, conforme pronunciamento do Auditor Federal de Controle Externo do TCU.

37. Salienta-se, por oportuno, que alguns dos registros acima podem ser substituídos pela "Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica" do TCU, razão pela qual solicita-se ao órgão assessorado tal averiguação.

38. Por fim, cabe lembrar que a consulta aos cadastros de regularidade fiscal deve ser feita não somente em nome da empresa contratada, mas também de seu sócio majoritário, de acordo com o artigo 12, da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, a qual prevê, dentro das sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

- Da minuta do Termo Aditivo

39. Em relação à redação do termo aditivo em pauta, é de se registrar que a mesma se encontra de acordo com os regramentos pertinentes aos termos de aditamento contratual.

40. No entanto, conforme exposto no item 4, "a", da Justificativa Técnica Para Aditivo de Vigência ao Contrato 14/2023, foi consignado que a fundamentação para a prorrogação do prazo de vigência se deu no item IV do § 1º, do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

41. Assim, a melhor redação para a Cláusula Primeira, subitem 1.1.1. é a seguinte: "*1.1.1. PRORROGAR o prazo de vigência do objeto contratual por mais 148 (cento e quarenta e oito) dias corridos, com fundamento no § 1º,* ***inciso IV****, do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, encerrando-se em 31 de dezembro de 2024, e seguindo a justificativa técnica para aditivo.*"

- Do Prazo Para Prorrogação do Contrato

42. Importa ressaltar, por pertinente, que não é admissível que a vigência dos contratos por escopo se esgote, em razão de não ter sido cumprido o objeto. Daí porque não se pode considera-lo automaticamente prorrogado até que a contratada cumpra com a sua obrigação principal.

43. Como já anteriormente explanado em tópico próprio, nos contratos por escopo o término do prazo não extingue a avença enquanto não entregue o objeto. Porém, como o artigo 57, § 3º, da Lei nº 8.666/93 veda que o contrato tenha prazo indeterminado, considerar que o contrato vige enquanto não entregue o objeto, seria considerá-lo indefinidamente prorrogado e, portanto, ilegal.

44. Neste sentido, o contrato deve ser prorrogado enquanto ainda vigente, ou seja, anteriormente ao final do prazo de vigência, cabendo ao órgão verificar se, de fato, não ocorreu solução de continuidade em relação ao prazo de vigência contratual, hipótese em que não é possível a formalização do aditamento pretendido.

45. No caso presente, podemos constatar que o prazo de vigência do presente contrato encontra-se previsto na Cláusula Segunda, item 2.1, sendo de 270 (duzentos e setenta) dias. Em que pese não constar da cláusula mencionada, a partir de quando passa a vigorar o aludido prazo, pode-se constatar que o respeito extrato de contrato informa que o mesmo tem vigência de 09/11/2023 a **05/08/2024** e, por não ter havido dilação do mesmo, na data de hoje encontra-se vencido.

46. Em relação ao vencimento do prazo de vigência contratual, o Tribunal de Contas da União, ao apreciar um caso em que havia sido detectada situação semelhante, se pronunciou quanto ao tema, no Acórdão Nº 1808/2008-Plenário, da seguinte forma:

"3.3.9 Conclusão da equipe:

Embora datado de 20/6/2008, o Termo Aditivo de prorrogação contratual só veio a ser assinado depois do término do período inicial de vigência do contrato, que se encerrava em 23/6/2008.

É sabido que o contrato administrativo é sempre bilateral e, em regra, formal. Assim no que diz respeito à matéria aditamento é importante que a administração pública diligencie para que a assinatura dos termos de aditamento seja promovida até o término da vigência contratual, uma vez que, após o decurso do prazo, numa visão positivista, o contrato considera-se extinto. Todavia, nesses casos, o Tribunal tem relevado a referida inconsistência, tendo em vista o interesse público em jogo. Não seria razoável penalizar a sociedade em razão da inércia do agente público em adotar uma formalidade, ainda que de importante valor, e sobretudo em razão de tal providência, embora extemporânea, ter sido implementada. Ressalte-se que a jurisprudência desta Corte tem caminhado nesse entendimento: Acórdãos 132/2005, 1727/2004 e 1257/2004, todos do Plenário. Por essa razão, a proposta de encaminhamento segue no sentido de determinar à Emap que proceda tempestivamente a formalização dos aditivos, de modo a evitar a execução dos serviços sem cobertura contratual ou a própria extinção do contrato."

47. Em outro julgado, constante do Informativo TCU nº 272, o Acórdão 127/2016- Plenário, Auditoria, Rel. Min-Substituto André de Carvalho, aborda o tema da prorrogação dos contratos administrativos, cujo seguinte trecho destacamos:

"*(...). Com este raciocínio, concluiu que, para o caso concreto "****mostra-se adequada a solução proposta pelo dirigente da unidade técnica, a fim de autorizar, em caráter excepcional e em sintonia com os procedimentos mencionados, a continuidade dos aludidos contratos****, isso porque, como se sabe, a regra é a prorrogação do contrato administrativo mediante a formalização do respectivo termo aditivo, antes do término do prazo de vigência*

do ajuste, já que o aditamento não pode produzir efeitos retroativos, ***mas a falta dessa providência tempestiva deve ser analisada sob a ótica do interesse público,*** *mesmo porque não seria razoável prejudicar a comunidade destinatária do investimento estatal em razão da inércia do agente em evitar a execução do objeto de inquestionável interesse social sem a devida cobertura contratual formal." (...).*" (grifamos)

48. Em razão de tal fato e em consonância com os julgados acima citados, que entendeu que os contratos de serviços essenciais poderiam ser prorrogados, mesmo que houvesse pequeno lapso temporal, o subscritor da presente opina no sentido de que a autoridade do órgão consulente deve decidir pela prorrogação ou não, de acordo com o seu juízo discricionário. Discricionariedade é a liberdade de ação administrativa, dentro dos limites permitido em lei, de tal modo que a autoridade poderá optar por uma dentre várias soluções possíveis. É portanto, um poder que o direito concede à Administração, de modo implícito ou explícito, para a prática de atos administrativos, com a liberdade de escolha segundo critérios de conveniência, oportunidade e justiça, próprios da autoridade, observando sempre os limites da lei.

49. Portanto, cabe ao gestor a avaliação da conveniência da presente prorrogação, ciente de que a decisão deve levar em consideração o interesse público, recomendando-se que o órgão assessorado manifeste-se de forma circunstanciada sobre o tema.

- Considerações Gerais

50. Por fim, cabe lembrar que a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos, na forma do que estabelece o artigo 94 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo o órgão assessorado atentar para os prazos estabelecidos nos incisos I e II do citado dispositivo legal.

51. Esclarece o subscritor que a presente manifestação deixa de ser encaminhada ao superior hierárquico, em virtude de normas internas que dispensam, no caso, a aprovação da mesma (artigo 22 da Portaria Normativa CGU Nº 10, de 14 de dezembro de 2022).

- CONCLUSÃO

52. Pelo exposto, sem adentrar em considerações a respeito dos juízos de conveniência e oportunidade do Administrador e abstraídas as questões técnicas que fogem à análise da Assessoria Jurídica, o signatário não se opõe ao prosseguimento, ressalvado o atendimento/observância das proposições em destaque, após o que o feito poderá ter regular seguimento, sem necessidade de retorno ao órgão de assessoramento jurídico.

Brasília, 06 de agosto de 2024.

PEDRO PAULO DO CARMO ARAGÃO
ADVOGADO DA UNIÃO
pedro.aragao@agu.gov.br

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em https://supersapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 64333002309202350 e da chave de acesso 99de1a7c

---

Documento assinado eletronicamente por PEDRO PAULO DO CARMO ARAGÃO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1581765730 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): PEDRO PAULO DO CARMO ARAGÃO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 06-08-2024 13:33. Número de Série: 654372557451877645764062110 80. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN)

Consulta Contratante

Emissão em 17/07/2024, 15:51

Parâmetros: CPF / CNPJ: 26.885.173/0001-28. Situação IRREGULAR

Instituicao responsavel pela anotacao	CPF/CNPJ Irregular	Nome	Data de inclusao
MINISTERIO DA FAZENDA - Secretaria Especial da RFB	26.885.173/0001-28	M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA	14/12/2021

Código de Validação: MzFjODZlY2ZkNTViZDM3NDhiZDU4NzJkNWM3MDJiY2YyZTdiODdhYzliZWUyOGRmYzc2ZWZkZTEyOGRhZDM0OQ==

Para validar esse documento acesse a opção Cadastro -> Validar Relatórios

A apresentação deste documento não dispensa a consulta ao Cadin a ser realizada pela Administração Pública no momento da operação a que se destina

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA**

CPF/CNPJ: **26.885.173/0001-28**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 15:54:08 do dia 17/07/2024 , com validade até o dia 16/08/2024.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: 5IlOJZke1Jd7bQmNl3Pe

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**26.885.173/0001-28**	DUNS®:	**919167146**
Razão Social:	**M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA**		
Nome Fantasia:	**MDCA CONSTRUCAO**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**10/03/2025**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal (Possui Pendência)

Receita Federal e PGFN		Sem Informação	(*)	
FGTS		Validade:	**31/07/2024**	**Automática**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**12/01/2025**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**06/09/2023**	(*)
Receita Municipal	Validade:	**31/08/2023**	(*)

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira (Possui Pendência)

Validade: **31/05/2024** (*)

CPF: 445.XXX.XXX-49 Nome: [redacted]

Ass: _____

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 17/07/2024 15:53:35

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA**
CNPJ: **26.885.173/0001-28**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 26.885.173/0001-28
Certidão nº: 50057071/2024
Expedição: 17/07/2024, às 15:52:49
Validade: 13/01/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **26.885.173/0001-28**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **14/2023**, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA **COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS** DA 12ª REGIÃO MILITAR E A **M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA**.

A UNIÃO, por intermédio da COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR, com sede na Avenida Coronel Teixeira, 2061, Bairro Ponta Negra, na cidade de Manaus/AM, inscrita no CNPJ sob o nº 09.583.415/0001-00, neste ato representada pelo seu Ordenador de Despesas, **Tenente-Coronel FÁBIO BARROS DE SOUSA**, nomeado pela Portaria nº 485, de 12 de maio de 2022, publicada no DOU nº 91, de 16 de maio de 2022, inscrito no CPF nº 828.781.613-00, portador da matrícula funcional militar nº 013091084-7, doravante denominada CONTRATANTE, e empresa **M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **26.885.173/0001-28,** sediada na Rua São Joaquim, nº 57, Bairro: Morro da Liberdade, CEP: 69073-000 em Manaus/AM, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. **OSMAR MIRANDA**, portadora da Carteira de Identidade nº **1614603-4**, expedida pela SSP/AM e CPF nº **291.130.593-00**, tendo em vista o que consta no Processo **nº 64333.002309/2023-50** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Pregão Eletrônico nº 13/2023**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é:

1.1.1. **PRORROGAR** o prazo de vigência do objeto contratual por mais 148 (cento e quarenta e oito) dias corridos, com fundamento no §1º, do artigo 57 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, encerrando-se em 31 de dezembro de 2024, e seguindo a justificativa técnica para aditivo.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

2.1. A CONTRATADA deverá renovar a garantia contratual anteriormente prestada.

2.1.1. Com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual.

Digitalizado com CamScanner

3.1.1 Atualizar, após acréscimos no valor original, o valor da garantia correspondente a 5% do valor atualizado do instrumento original em epígrafe, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão contratante.

3. CLÁUSULA QUARTA – DOCUMENTAÇÃO ANEXA

3.1. Integram este Termo Aditivo, para todos os fins e efeitos, os seguintes documentos técnicos: justificativa técnica para aditivo de prazo e serviço ao Termo de contrato 14/2023, referente a **Reparação da Estrutura da Casa de Matar da 3ª Cia FE, em Manaus/AM.**

4. CLÁUSULA QUINTA - RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

5. CLÁUSULA SEXTA – PUBLICAÇÃO

5.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, de acordo com o prescrito no artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente termo aditivo foi lavrado em **3 (três)** vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Manaus/AM, 05 de agosto de 2024.

pela CONTRATANTE

[redacted]

CPF: 828.781.613-00
Ordenador de Despesas da CRO/12

pela CONTRATADA

OSMAR MIRANDA

OSMAR MIRANDA
CPF Nº 291.130.593-00
M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA

ROL DE TESTEMUNHA:

1ª: [redacted] **ST Aux Sec Cont**

2ª: [redacted] **º Sgt Aux. da SALC**

Digitalizado com CamScanner

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2024 - UASG 160482

Número do Contrato: 47/2023.
Nº Processo: 64307.010545/2023-67.
Inexigibilidade. Nº 1/2023. Contratante: COMANDO/1A BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA. Contratado: 22.207.040/0001-41 - HOME CARE SERVICE LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato 00047/2023, por 12 meses. Vigência: 01/10/2024 a 30/09/2025. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 450.000,00. Data de Assinatura: 20/09/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 20/09/2024).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2024 - UASG 160482

Número do Contrato: 72/2023.
Nº Processo: 64307.109694/2023-82.
Inexigibilidade. Nº 1/2023. Contratante: COMANDO/1A BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA. Contratado: 32.708.202/0001-89 - ALMEIDA E SANTOS LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato 00072/2023, por 12 meses. Vigência: 01/10/2024 a 30/09/2025. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 90.000,00. Data de Assinatura: 20/09/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 20/09/2024).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2024 - UASG 160482

Número do Contrato: 89/2023.
Nº Processo: 64307.110350/2023-16.
Inexigibilidade. Nº 16/2023. Contratante: COMANDO/1A BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA. Contratado: 25.061.799/0001-57 - CANDIDO LABORATORIO DE ANALISE CLINICA LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato 00089/2023, por 12 meses. Vigência: 01/10/2024 a 30/09/2025. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 120.000,00. Data de Assinatura: 20/09/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 20/09/2024).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2024 - UASG 160482

Número do Contrato: 49/2023.
Nº Processo: 64307.010545/2023-67.
Inexigibilidade. Nº 1/2023. Contratante: COMANDO/1A BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA. Contratado: 00.718.528/0122-98 - LABORATORIO SABIN DE ANALISES CLINICAS S.A. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato 00049/2023, por 12 meses. Vigência: 01/10/2024 a 30/09/2025. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 180.000,00. Data de Assinatura: 20/09/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 20/09/2024).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2024 - UASG 160482

Número do Contrato: 73/2023.
Nº Processo: 64307.109694/2023-82.
Inexigibilidade. Nº 1/2023. Contratante: COMANDO/1A BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA. Contratado: 13.280.165/0001-06 - CLINICA VILLANUEVA DE OFTALMOLOGIA LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato 00073/2023, por 12 meses. Vigência: 01/10/2024 a 30/09/2025. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 130.000,00. Data de Assinatura: 20/09/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 20/09/2024).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2024 - UASG 160482

Número do Contrato: 68/2023.
Nº Processo: 64307.109694/2023-82.
Inexigibilidade. Nº 11/2023. Contratante: COMANDO/1A BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA. Contratado: 04.412.148/0001-94 - CLINICA DE IMAGENOLOGIA DE BOA VISTA LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato 00068/2023, por 12 meses. Vigência: 01/10/2024 a 30/09/2025. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 600.000,00. Data de Assinatura: 20/09/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 20/09/2024).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 87/2023 - UASG 160482

Número do Contrato: 87/2023.
Nº Processo: 64307.110348/2023-47.
Inexigibilidade. Nº 14/2023. Contratante: COMANDO/1A BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA. Contratado: 14.539.259/0001-10 - LIMA E LIMA SERVICOS MEDICOS S/S. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato 00087/2023, por 12 meses. Vigência: 01/10/2024 a 30/09/2025. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 85.000,00. Data de Assinatura: 20/09/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 20/09/2024).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2024 - UASG 160482

Número do Contrato: 56/2023.
Nº Processo: 64307.109694/2023-82.
Inexigibilidade. Nº 1/2023. Contratante: COMANDO/1A BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA. Contratado: 05.384.331/0001-96 - REIS & REIS MEDICOS ASSOCIADOS S/S. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato 00056/2023, por 12 meses. Vigência: 01/10/2024 a 30/09/2025. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 80.000,00. Data de Assinatura: 24/09/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 24/09/2024).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2024 - UASG 160482

Número do Contrato: 71/2023.
Nº Processo: 64307.109694/2023-82.
Inexigibilidade. Nº 1/2023. Contratante: COMANDO/1A BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA. Contratado: 33.783.646/0001-41 - PIRES, MACIEL & FERREIRA LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato 00071/2023, por 12 meses. Vigência: 25/09/2024 a 24/09/2025. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 130.000,00. Data de Assinatura: 24/09/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 24/09/2024).

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO Nº 90013/2024

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no D.O.U em 19/09/2024 . Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de gêneros alimentícios (QR) para atender as necessidades do comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva.

CARLOS FREDERICO BACKER PEREIRA VALLADO
Ordenador de Despesas

(SIDEC - 25/09/2024) 160482-00001-2024NE000001

2º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA

21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90017/2024 - UASG 160022

Nº Processo: 64411002122202467. Objeto: Aquisição de madeiras para construção de Ponte. Total de Itens Licitados: 66. Edital: 26/09/2024 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Area Cap. Nobuo Oba, S/n - Bairro Cachoeirinha, - São Gabriel da Cachoeira/AM ou https://www.gov.br/compras/edital/160022-5-90017-2024. Entrega das Propostas: a partir de 26/09/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 10/10/2024 às 10h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

JOSINALDO LOPES DE MENESES
Ordenador de Despesas

(SIASGnet - 24/09/2024) 160022-00001-2024NE000001

5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2024 - UASG 160348

Número do Contrato: 48/2022.
Nº Processo: 64043.003433/2022-17.
Pregão. Nº 21/2022. Contratante: 5 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO. Contratado: 25.309.951/0001-78 - A C BARBEARIA E COMERCIO DE COSMETICO LTDA. Objeto: Prorrogação do prazo contratual. Vigência: 30/11/2024 a 30/11/2025. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 874,88. Data de Assinatura: 20/09/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 20/09/2024).

6º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
PREGÃO Nº 90018/2024

Comunicamos a reabertura da licitação supracitada, publicada no D.O.U de 11/09/2024 .Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de combustíveis (Gasolina e óleo diesel).Entrega das Propostas: a partir de 11/09/2024 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 01/10/2024, às 10h30 no site www.comprasnet.gov.br.

CADSON DE SOUZA BARBOZA
Ordenador de Despesas

(SIDEC - 25/09/2024) 160353-00001-2024NE000001

8º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90044/2024 - UASG 160171

Nº Processo: 64046003791202461. Objeto: Aquisição de CAP 50/70, emulsão asfáltica EAI, emulsão asfáltica RR-1C e emulsão asfáltica RR-2C, visando atender às necessidades do 8º Batalhão de Engenharia de Construção relativas à execução da pavimentação da BR-156/AP (Operação Matapi), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.. Total de Itens Licitados: 5. Edital: 26/09/2024 das 09h30 às 11h40 e das 13h30 às 16h50. Endereço: Rodovia Santarem/cuiaba Km 10 Serra do Piquiatuba Cipoal, - SANTAREM/PA ou https://www.gov.br/compras/edital/160171-5-90044-2024. Entrega das Propostas: a partir de 26/09/2024 às 09h30 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 08/10/2024 às 09h30 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

FRANCISCO MACHADO PARENTE NETO
Ordenador de Despesas

(SIASGnet - 25/09/2024) 160171-00001-2024NE002064

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90027/2024 - UASG 160171

Nº Processo: 64046004262202485. Objeto: Aquisição de insumos pétreos com e sem transporte, areia com e sem transporte e cal hidratada com transporte visando atender às necessidades do 8º Batalhão de Engenharia de Construção relativas à execução da pavimentação da BR-156/AP (Operação Matapi),. Total de Itens Licitados: 13. Edital: 26/09/2024 das 08h00 às 11h30 e das 14h00 às 16h30. Endereço: Rodovia Santarem/cuiaba Km 10 Serra do Piquiatuba Cipoal, - SANTAREM/PA ou https://www.gov.br/compras/edital/160171-5-90027-2024. Entrega das Propostas: a partir de 26/09/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 08/10/2024 às 09h30 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

FRANCISCO MACHADO PARENTE NETO
Ordenador de Despesas

(SIASGnet - 25/09/2024) 160171-00001-2024NE002061

COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2024 - UASG 160017

Número do Contrato: 14/2023.
Nº Processo: 64333002309202350.
Pregão. Nº 14/2023. Contratante: COMISSAO REGIONAL DE OBRAS/12. Contratado: 26.885.173/0001-28 - M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do objeto contratual por mais 148 (cento e quarenta e oito) dias corridos, com fundamento no §1º, do artigo 57 da lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, encerrando-se em 31 de dezembro de 2024. Vigência: 05/08/2024 a 31/12/2024. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 334.438,41. Data de Assinatura: 05/08/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 05/08/2024).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2024 - UASG 160017

Número do Contrato: 29/2021.
Nº Processo: 64333.004169/2021-92.
Tomada de Preços. Nº 21/2021. Contratante: COMISSAO REGIONAL DE OBRAS/12. Contratado: 26.588.861/0001-26 - NORTE SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo da vigência do contrato a que se refere este termo aditivo por mais 246 (duzentos e quarenta e seis) dias corridos, com fundamento no art. 57, inciso i, da lei n.º 8.666/93, encerrando-se em 31 de dezembro de 2024. Vigência: 31/07/2024 a 31/12/2024. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 1.238.984,09. Data de Assinatura: 31/07/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 31/07/2024).

orientados e retirarem possíveis dúvidas em relação aos exames que realizarão;
- O Chefe da Equipe de Exame de Pagamento de Pessoal entregue a SPP os rascunhos de todos os relatórios supracitados, impreterivelmente até o último dia do mês, para que os mesmos possam ser analisados e corrigidos, se for o caso;
- A Secretaria deverá providenciar a publicação em BI dos relatórios e dos respectivos despachos, até o 4º (quarto) dia útil do mês subsequente; e
- A Seção de Pagamento de Pessoal deverá remeter o Relatório de Exame de Pagamento de Pessoal ao 12º CGCFEx, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente.

d. EXTRATO DE TERMO ADITIVO - publicação.

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO Nº 05/2024 - UASG 160017

Atendendo ao caput do art 82 das IG 12-02, torno pública a celebração do Extrato do Termo do Aditamento conforme dados a seguir:Número do Contrato: **10/2021.** Nº Processo: 64333.004690/2020-49. Pregão. **Nº 23/2020**. Contratante: COMISSAO REGIONAL DE OBRAS/12. Contratado: 21.001.742/0001-01 - EVEREST ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do objeto contratual , por mais **365 dias corridos**, com fundamento no §1º, do artigo 57 da lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, **iniciando-se em 01 de julho de 2024, e encerrando-se em 01 de julho de 2025.** Vigência: **01/07/2024 a 01/07/2025**. Valor Total Atualizado do Contrato: **R$ 1.110.471,10.** Data de Assinatura: **01/07/2024.**

Em consequência, os interessados tomem conhecimento e providências decorrentes.

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 02/2024 - UASG 160017

Atendendo ao caput do art 82 das IG 12-02, torno pública a celebração do Extrato do Termo do Aditamento conforme dados a seguir: Número do Contrato: **53/2020**. Nº Processo: **64333.003649/2020-55.** Contratante: COMISSAO REGIONAL DE OBRAS/12. Contratado: 21.001.742/0001-01 - EVEREST ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA. Objeto: Com o reajuste de r$ 423.707,11 (quatrocentos e vinte e três mil reais, setecentos e sete reais e onze centavos) o valor total do contrato estabelecido na cláusula terceira – do valor do contrato, passa de **R$ 6.690.321,68** (seis milhões, seiscentos e noventa mil, trezentos e vinte e um reais e sessenta e oito centavos), para **R$ 7.114.028,79** (sete milhões, cento e quatorze mil, vinte e oito reais e setenta e nove centavos), conforme diex 658-sec tec, de 03 de setembro de 2024 e memória para decisão nº 194-s4/dom (03set24), Vigência: **01/12/2020 a 31/12/2024.** Valor Total Atualizado do Contrato: **R$ 7.114.028,79**. Data de Assinatura: **23/09/2024.**

Em consequência, os interessados tomem conhecimento e providências decorrentes.

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO Nº 01/2024 - UASG 160017

Atendendo ao caput do art 82 das IG 12-02, torno pública a celebração do Extrato do Termo do Aditamento conforme dados a seguir: Número do Contrato: **14/2023**. Nº Processo: 64333002309202350. Pregão. **Nº 14/2023**. Contratante: COMISSAO REGIONAL DE OBRAS/12. Contratado: 26.885.173/0001-28 - M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do objeto contratual por mais **148 (cento e quarenta e oito) dias corridos**, com fundamento no §1º, do artigo 57 da lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, encerrando-se em 31 de dezembro de 2024. Vigência:

05/08/2024 a 31/12/2024. Valor Total Atualizado do Contrato: **R$ 334.438,41.** Data de Assinatura: **05/08/2024.**

Em consequência, os interessados tomem conhecimento e providências decorrentes.

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO Nº 02/2024 - UASG 160017

Atendendo ao caput do art 82 das IG 12-02, torno pública a celebração do Extrato do Termo do Aditamento conforme dados a seguir: Número do Contrato: **29/2021**. Nº Processo: **64333.004169/2021-92.** Tomada de Preços. **Nº 21/2021.** Contratante: COMISSAO REGIONAL DE OBRAS/12. Contratado: 26.588.861/0001-26 - NORTE SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo da vigência do contrato a que se refere este termo aditivo por mais 246 (duzentos e quarenta e seis) dias corridos, com fundamento no art. 57, inciso i, da lei n.º 8.666/93, encerrando-se em 31 de dezembro de 2024. Vigência: **31/07/2024 a 31/12/2024.** Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 1.238.984,09. Data de Assinatura: **31/07/2024.**

Em consequência, os interessados tomem conhecimento e providências decorrentes.

4ª Parte
JUSTIÇA E DISCIPLINA

1. JUSTIÇA

Sem Alteração

2. DISCIPLINA

Sem Alteração

[redacted] **- Ten Cel**
Chefe da Comissão Regional de Obras da 12ª RM

DIEx Simplificado Nº 904-Sec Tec/CRO/12
EB: 64333.004549/2024-70

Manaus, AM, 14 de novembro de 2024.

Do Chefe da Subseção de Fiscalização de Obras

Ao Sr Chefe da Salc

Assunto: Proposta do 2° Termo Aditivo de prazo de vigência contratual - TC 14/2023 - Licitação : Pregão Eletrônico - 13/2023

Anexos:
1) TC_14_2023_TA-2_Encamin_Adtv_Prz_Vigên_Parte1.pdf
2) TC_14_2023_TA-2_Encamin_Adtv_Prz_Vigên_Parte2.pdf

1. Acerca do assunto, solicito ao senhor, confeccionar e propor ao senhor Ordenador de Despesas desta Comissão Regional de Obras, minuta de **Termo Aditivo relativa ao Termo de Contrato do Assunto, conforme informações detalhadas a seguir:**

A. Objeto: TC 14/2023 - Reparação da Estrutura da Casa de Matar da 3ª Cia FE, em Manaus/AM.

B. N° do Aditivo: 02

C. Valor e porcentagem de Acréscimo: Não há.

D. Valor e porcentagem de Supressão: Não há.

E. Acréscimo de Prazo de Vigência: 181 dias.

F. Acréscimo de Prazo de Execução: Não há.

G. Memória de Decisão: Não é o caso.

H. Empenho: Não é o caso.

2. Solicito, ainda, que a referida minuta seja proposta ao senhor Ordenador de Despesas e que, após aprovação, seja submetida à aprovação jurídica pela Consultoria Jurídica da União (e-CJU).

3. Sugiro, incluir o *Checklist de encaminhamento de Termo Aditivo* na lista de verificação dessa Seção e solicito que, antes de ser encaminhado o processo para a CJU, essa Chefia faça a conferência de toda a documentação.

4. Por fim, solicito que a Seção Técnica seja mantida informada quanto ao andamento do respectivo processo, informando tempestivamente quaisquer necessidades de informação e/ou retorno daquela Consultoria Jurídica.

Luciana da Costa Moreira - Maj
Chefe da Subseção de Fiscalização de Obras

80 ANOS DO INÍCIO DAS OPERAÇÕES DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA NO TEATRO DE OPERAÇÕES EUROPEU

Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) **Maj Luciana da Costa Moreira**, em 14/11/2024, às 10:50 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

---

d1+a-ugv+-Fc4/-4Nmn

COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS / 12ª REGIÃO MILITAR
CHECK LIST – ENCAMINHAMENTO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

1. Cada item da Lista de Verificação foi conferido com base nos documentos entregues pela CONTRATADA e gerados pela FISCALIZAÇÃO do Contrato.

2. O resultado da inspeção da presente Lista de Verificação foi anotado nos campos disponíveis.

3. DADOS DO CONTRATO

3.1 Objeto: **Reparação da Estrutura da Casa de Matar da 3ª Cia FE, em Manaus/AM.**
3.2 Empresa executora: M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA.
3.3 Valor inicial do Contrato: **R$ 334.438,41**
3.4 Valor Aditivado/%: **R$ 0,00 / 0,00 %**
3.5 Valor Suprimido/%: **R$ 0,00 / 0%**
3.6 Valor Apostilado: **R$ 0,00**
3.7 Valor final do Contrato: **R$ 334.438,41**
3.8 Número do Termo de Contrato: **14/2023**
3.9 Vigência do Contrato inicial: **09/11/2023 a 05/08/2024**
3.10 Aditivo de Vigência: **148 dias**
3.11 Vigência do Contrato atual: **09/11/2023 a 31/12/2024**
3.12 Data da Ordem de Serviço (Projetos): **27/11/2023**
3.13 Data da Ordem de Serviço (Obra): **27/11/2023**
3.14 Período de Execução inicial: **27/11/2023 a 25/02/2024**
3.15 Aditivo de prazo de execução: **0 dias**
3.16 Período de Execução atual: **27/11/2023 a 25/02/2024**

4. INFORMAÇÕES QUANTO AO CRONOGRAMA

Valor Previsto (R$)	%	Valor Executado (R$)	%	Obra no Prazo
334.438,41	100,00	88.474,47	26,5	Não

5. ANEXOS

ITEM	Conformidade		
	Sim	*Não*	*Observações*
5.1 Solicitação da Contratada		X	
5.2 Justificativa do Fiscal	X		
5.3 Planilha Orçamentária		X	Não é o caso
5.4 Projetos (plantas) e desenhos do projeto atualizado contemplando as alterações propostas no aditivo		X	Não é o caso
5.5 Declaração de concorde do Projetista Originário com as modificações propostas no aditivo		X	Não é o caso
5.6 Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) do Aditivo		X	Não é o caso
5.7 Cronograma físico-financeiro vigente	X		
5.8 Cronograma físico-financeiro a ser proposto (SFC)		X	
5.9 Haverá necessidade de aditamento de prazo? Em caso positivo, o mesmo já se encontra elaborado e aprovado? Em caso negativo, providenciar.		X	
5.10 Memória de cálculos dos quantitativos a serem aditados/suprimidos		X	Não é o caso
5.11 Cotações de insumos/serviços complementares (SFC)		X	Não é o caso
5.12 Relatório de Acompanhamento Simplificado do OPUS	X		
5.13 Ficha de Informações Gerais de Obra (FIGO) da última medição	X		
5.14 Outros julgados necessários		X	

6. DADOS RELEVANTES DO ADITIVO

Prazo atual de Vigência	Aditivo proposto	Prazo final de Vigência proposto
31/12/2024	181 dias	30/06/2025

7. ENCAMINHAMENTO DO ADITIVO

Aprovação interna (CRO/12)	
2º Gpt E	
Diretoria de Obras Militares	
Obs: Após aprovação do termo aditivo, o mesmo deverá ser registrado no OPUS para validação da Diretoria de Obras Militares Limites de Aprovação: Até R$ 250.000,00 – Aprovação interna De R$ 250.000,01 a R$ 500.000,00 – 2º Grupamento de Engenharia Acima de R$ 500.000,00 – Diretoria de Obras Militares	

8. CONTROLE DE TRAMITAÇÃO DO ADITIVO:

DATAS					
1	2	3	4	5	6
	Tramitação interna: dias ((6)-(1))				

(1) Protocolo do Pedido de aditivo;
(2) Despacho Ch CRO;
(3) Entrega na Sec Tec;
(4) Saída da Sec Tec ao Ch CRO;
(5) Assinatura do OD;
(6) Upload no OPUS/ Encaminhamento ao 2º Gpt E

9. FATOS RELEVANTES OU CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS DO FISCAL DO CONTRATO

Protocolo Nº 24337. TA-2 de vigência em 181 dias.

10.

ASSINATURA: _____
Chefe da Subseção de Fiscalização de Obras

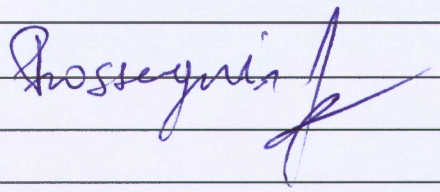
DATA: 08 / 11 / 24

11. OBSERVAÇÕES GERAIS E DESPACHO:

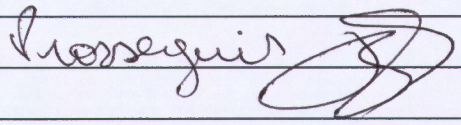
CH SSEÇ FISC OBRAS:

manifesto.

CH SEC TEC:



CH CRO/12:



Obs1: Em caso de existir mais de um reajuste, os mesmos serão expressos em separado no item 3.6, demonstrando o seu total;
Obs 2: Em caso de existir mais de um aditivo (acréscimo ou supressão), os mesmos serão expressos em separado no item 3.4 e 3.5, respectivamente, demonstrando o seu total;

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITOBRASILEIRO
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR

JUSTIFICATIVA PARA ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA AO TERMO DE CONTRATO 14/2023

Protocolo interno: 24337

1. CONTRATO

1.1. Objeto

Reparação da Estrutura da Casa de Matar da 3ª Cia FE, em Manaus/AM (Termo de Contrato **nº 14/2023**).

1.2. Informações Gerais:

1.2.1. Condições iniciais contratadas

- **Licitação:** Pregão Eletrônico – 13/2023
- **Regime de Execução**: Empreitada por Preço Unitário
- **Data da apresentação da proposta**: ABR 23
- **Empresa Contratada**: M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA.
- **Valor Contratual**: R$ 334.438,41;
- **Prazo de Execução da Obra**: 90 dias corridos após o recebimento da O Sv
- **Prazo de Vigência da Obra:** 270 dias corridos após a assinatura do contrato
- **Data da Ordem de Serviço**: 27 NOV 23
- **Período de Execução da Obra**: de 27 NOV 23 até 25 FEV 24
- **Período de Vigência Contratual**: de 09 NOV 23 até 05 AGO 24

1.2.2. Termos Aditivos celebrados

- **1º Termo Aditivo:** Prazo de vigência em 148 dias;

1.2.3. Termos de Apostilamentos Celebrados

- **Não há.**

1.2.4. Situação atual do Contrato

- **Prazo de Execução atual**: 90 dias
- **Término de Execução atual**: 25 FEV 24
- **Prazo de Vigência atual**: 418 dias

- **Término da vigência atual**: 31 DEZ 24
- **Valor Contratual atualizado**: R$ 334.438,41
- **Valor Total atualizado (incluindo apostilamentos)**: R$ 334.438,41
- **Valor Total Empenhado**: R$ 334.438,41

2. EXPOSIÇÃO DOS FATOS / JUSTIFICATIVA TÉCNICA

A obra em questão se encontra em execução e a atual vigência finaliza em 31 de dezembro de 2024. No entanto, o referido contrato ainda aguarda execução de diversos serviços bem como recebimento de recurso, não havendo tempo hábil suficiente para cumprir as demandas executivas e administrativas do mesmo.

A fim de possibilitar o processo de liquidação e finalização do contrato dentro da vigência contratual, esta Fiscalização estima que sejam necessários **181 dias** de aditamento do prazo de vigência.

Prazo		Observações
Vigência	**181 dias**	O novo prazo de vigência da obra passa a ser **30 JUN 25.**

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- Art. 57, § 1º da Lei nº8.666, de 21 Jun 93.
- Item 2.4 da Cláusula Segunda do Termo de Contrato nº 14/2023, da CRO/12.

4. CONCLUSÃO

Face ao conglomerado exposto, esta fiscalização é favorável, salvo melhor juízo, que seja aprovado um Termo Aditivo de Prazo de Vigência de **181 dias.**

5. ANEXOS:

- Cronograma físico-financeiro;
- Relatório de Acompanhamento Simplificado do OPUS; e
- Ficha de Informação Gerais de Obra (FIGO).

Manaus - AM, 25 de outubro de 2024.

LEONARDO **MARTINS** CARMO DA SILVA – 1º TEN
Adjunto da Seção Técnica
CREA: 14.241-D/AM

CONCORDO

[redacted]MAJ QEM FC
Chefe da SubSeção de Fiscalização

CONCORDO

[redacted] TC QEM FC
Chefe da Seção Técnica

DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE:

a) Concordo com à pres[redacted]
b) A Seção [redacted]

[redacted] – TC QEM FC
Chefe da CRO/12ª RM

Ficha de Informações Gerais de Obra - FIGO

14/2023 - Reparação da Estrutura da Casa de Matar da 3ª Cia FE, em Manaus/AM, em Manaus/AM

1 - INFORMAÇÕES DO OBJETO

Objeto:	Reparação da Estrutura da Casa de Matar da 3ª Cia FE, em Manaus/AM				
Cidade/UF:	Manaus/AM	**Grande Cmdo:**	CMA	**OM beneficiada:**	3ª Cia FE
Nº OPUS:	201812C	**Programa estratégico:**	FM20	**Ação Orç:**	219D

2 - INFORMAÇÕES GERAIS (LICITAÇÃO E CONTRATO)

Edital:	PE 13/2(	**Valor Administração:**	R$ 440.344,90	**Desconto:**	24,1%	**Data Rfr Orç**	01/04/2023
Nº Contrato:	14/2023	**Empresa:**	M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA			**CNPJ:**	26.885.173/0001-28
Responsável:	OSMAR MIRANDA			**Telefone:**	(92) 99131-3605	**Email:**	osmar_miranda@yahoo.com.br
Preposto:				**Telefone:**		**Email:**	
Fiscal Contrato/Técnic	Ten Martins			**Telefone:**	(92) 99207-0162	**Email:**	lmartinss.eng@gmail.com
Fiscal Contrato/Téc Su	Ten Vital			**Telefone:**	(92) 99985-1372	**Email:**	ma_vital@hotmail.com

SITUAÇÃO DO CONTRATO: Em andamento

Valor Inicial:	Assinatura do Contrato	09/11/2023	Vigência Contratado (d)	270	Término da Vigência Inicial	05/08/2024
R$ 334.438,41	Início da Obra (Data da OS)	27/11/2023	Prazo Contratado (d)	90	Término de Prazo Execução	25/02/2024

3 - RESPONSABILIDADE TÉCNICA

ART Nº	Profissional	Finalidade	Data
AM20230422709	NAHUM BRASIL DE FREITAS	Projeto de reforço estrutural	04/12/2023
AM20230423244	[redacted]	Fiscalização e aditivos	14/12/2023
AM20230423694	CARLOS AZEDO PONTES	Execução	11/12/2023

4 - INFORMAÇÕES GERENCIAIS

VALOR ATUAL DO CONTRATO			
Valor Inicial	R$	334.438,41	
Acréscimos	R$	-	0,00%
Supressões	R$	-	0,00%
Reequilíbrio	R$	-	0,00%
Reajustes	R$	-	0,00%
Valor atual	R$	334.438,41	

DATA VIGÊNCIA ATUAL	
Assn Contr	09/11/2023
Prz Vgr In	270
Prz Vgr Aditivo	148
Vgr Atual	31/12/2024

DATA EXECUÇÃO ATUAL	
Data OS	27/11/2023
Prz Exec In	90
Prz Exec Aditivo	0
Exec Atual	25/02/2024

SITUAÇÃO FINANCEIRA			
Valor Empenhado	R$	334.438,41	100,00%
Valor Liquidado	R$	88.474,47	26,45%
Valor a Liquidar	R$	245.963,94	73,55%
Saldo para acréscimo de	R$	83.609,60	25,00%

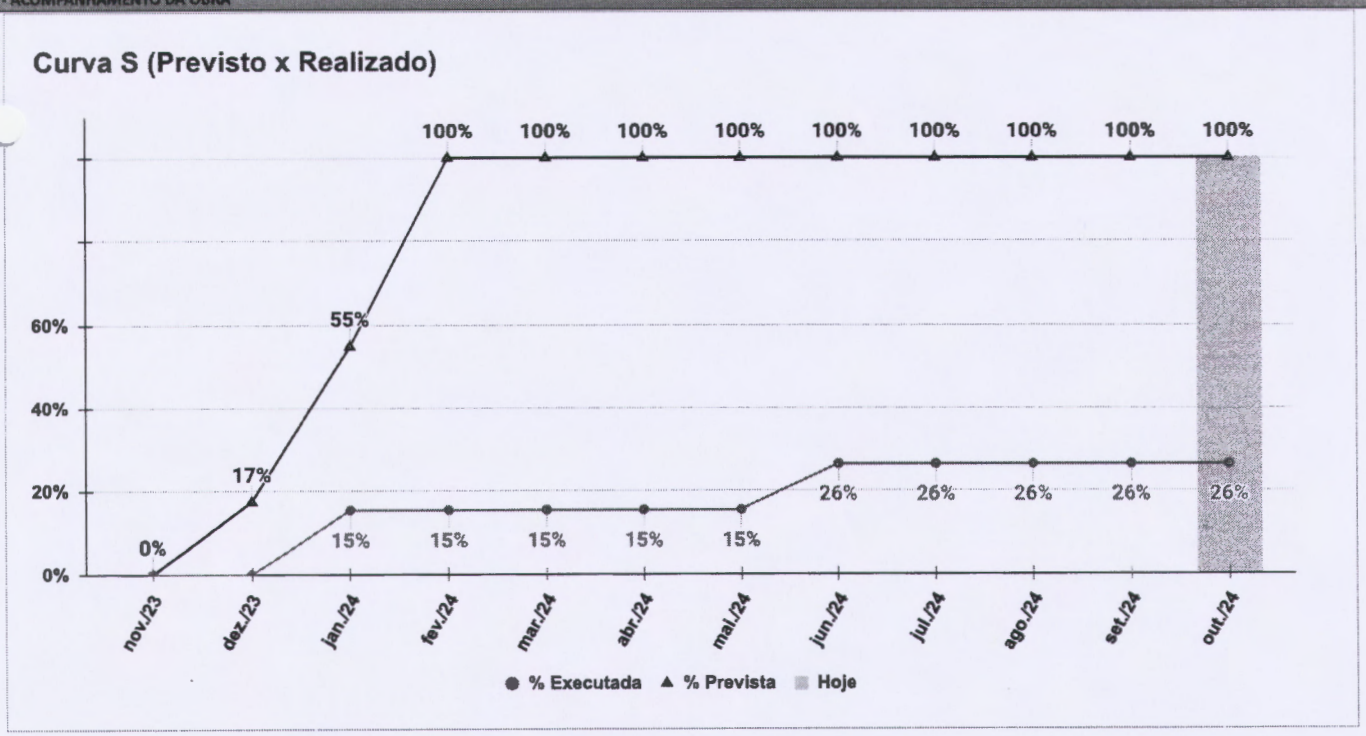
NECESSIDADE DE RECURSOS (MÉDIA 3 ÚLTIMAS MEDIÇÕES)		
Me Liq (3 m)	R$	-
Nec Rcs	R$	-
Prv Nec Rcs (m)	R$	-
Estm Dur Rcs		out./24

NECESSIDADE DE RECURSOS (MÉDIA 5 ÚLTIMAS MEDIÇÕES)		
Me Liq (5 m)	R$	5.261,10
Nec Rcs	R$	-
Prv Nec Rcs (m)		0,00
Estm Dur Rcs		out./24

SALDO DE RECURSO POR ANO DO RECURSO				
Saldo por ano	2024	R$	-	0,00%
RP	2023	R$	245.963,94	100,00%
RP	2022	R$	-	0,00%
RP	2021	R$	-	0,00%

OBSERVAÇÕES / IMPEDIMENTOS

5 - ACOMPANHAMENTO DA OBRA



Ficha de Informações Gerais de Obra - FIGO

14/2023 - Reparação da Estrutura da Casa de Matar da 3ª Cia FE, em Manaus/AM, em Manaus/AM

6 - NOTIFICAÇÕES/ PROCESSO ADMINISTRATIVO

Nº NOT /PORT PA	DATA DE ENVIO/ABERTURA	MOTIVO	RESPOSTA DA EMPRESA	SANÇÃO

CRONOGRAMA PREVISTO X REALIZADO

Ano	Ref Mês	Previsão	Previsto Acumulado	Executado	Exec Acumulado	% Prevista	% Executada	IDP
2023	11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%	100,0%
2023	12	58.172,14	58.172,14	0,00	0,00	17,4%	0,0%	0,0%
2024	1	125.558,31	183.730,45	51.646,74	51.646,74	54,9%	15,4%	28,1%
2024	2	150.707,96	334.438,41	0,00	51.646,74	100,0%	15,4%	15,4%
2024	3	0,00	334.438,41	0,00	51.646,74	100,0%	15,4%	15,4%
2024	4	0,00	334.438,41	0,00	51.646,74	100,0%	15,4%	15,4%
2024	5	0,00	334.438,41	0,00	51.646,74	100,0%	15,4%	15,4%
2024	6	0,00	334.438,41	36.827,73	88.474,47	100,0%	26,5%	26,5%
2024	7	0,00	334.438,41	0,00	88.474,47	100,0%	26,5%	26,5%
2024	8		334.438,41	0,00	88.474,47	100,0%	26,5%	26,5%
2024	9		334.438,41	0,00	88.474,47	100,0%	26,5%	26,5%
2024	10		334.438,41	0,00	88.474,47	100,0%	26,5%	26,5%

CONTROLE DOS TERMOS ADITIVOS / REAJUSTES

APROVADOS

Nº	Tipo	Prz Exec	Prz Vgr	Acréscimo	Supressão	Total
TA-1	Prazo	0	148	0,00	0,00	R$ -
						R$ -

EM ANÁLISE / EM ELABORAÇÃO

Nº	Tipo	Prz Exec	Prz Vgr	Acréscimo Solicitado	Supressão Solicitado	Total Solicitado	Total Aprovado	Nº Pedido	STATUS CRO 12	STATUS OPUS
N/A										

MEMÓRIA DE CÁLCULO PARA REAJUSTAMENTO

Nº Reajuste	I (n-1)	I (n)	I (r)	Valor Contr	Saldo não Reaj	Valor Reaj
Total						0,00

CADASTRO DAS NOTAS DE EMPENHO

Data Emp	Nº NC	Nº NE	UG	AO	Valor (R$)
11/10/2023		2023NE000243	160017		334.438,41
Total					334.438,41

RESUMO DOS VALORES PAGOS POR EMPENHO

Nº NE	Soma de Valor (R$)	Liquidado	Saldo a liquidar	% Liquidado	Status NE	Data Empenho	Data Última Liq
2023NE000243	334.438,41	88.474,47	245.963,94	26,5%		11/10/2023	31/07/2024
TOTAL	334.438,41	88.474,47	245.963,94	26,5%			

RESUMO DOS VALORES TOTAIS PAGOS

RESUMO GERAL - VALORES PAGOS		
CONTRATO	R$ 88.474,47	26,45%
ADITIVOS	R$ 0,00	0,00%
REAJUSTES	R$ 0,00	0,00%
REEQUILIBRI	R$ 0,00	0,00%
TOTAL	R$ 88.474,47	26,45%

RESUMO POR PEÇAS - VALORES PAGOS		
Contrato	R$ 88.474,47	26,45%
TOTAL	R$ 88.474,47	26,45%

LIQUIDAÇÕES E PAGAMENTOS

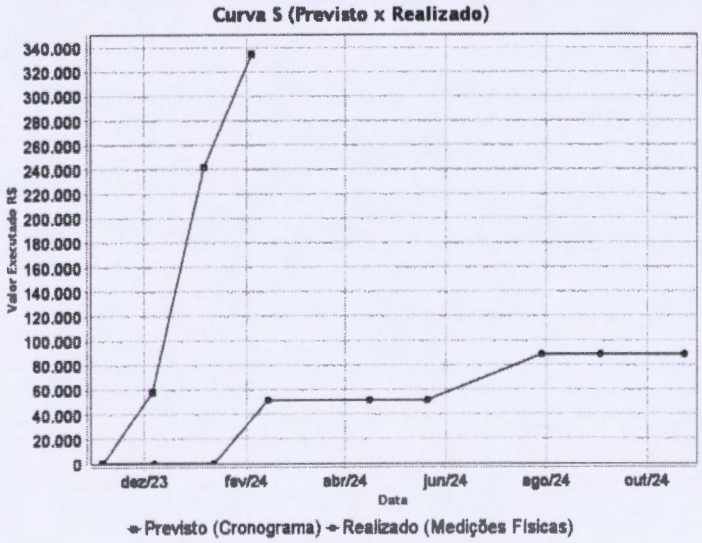
Medição	Nr	Empenho Ut	Nº NF	Valor NF (R$)	Data NF	OB	Data OB	Mês Exec	Ano Exec	Situação OPUS
Contrato	1	2023NE000243	341	51.646,74	02/02/2024	2024OB000099	06/03/2024	1	2024	Cadastrado
Contrato	2	2023NE000243	448	36.827,73	24/07/2024	2024OB000493	27/08/2024	6	2024	Cadastrado

Relatório de Acompanhamento Simplificado

12ª RM

201812000136 - Adequação / Estande de Tiro / 3ª Cia F Esp, Manaus/AM





N° Contrato: 14/2023 — Última medição: 23 out 2024

Situação Físico-Financeira	Valor (R$)	%
Contratado	334.438,41	100,00
Empenhado	334.438,41	100,00
Liquidado	88.474,47	26,45
Pago	88.474,47	26,45
Ordem de Serviço	27 nov 2023	
Prazo de Execução	25 fev 2024	
Vigência Contratual	28 dez 2024	
Prev. Cronograma (%)	100.0000	⚠ Obra Atrasada
Situação Física Real (%)	26.5000	

Observações:

AO: 219D | Fiscal: 1º Ten Martins | Empresa: M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA | 1) Situação: em andamento | 2) Serviços em Execução: pilares metálicos | 3) Impedimentos: não há | 4) Providências: Não há. | 5) Outras Info: não há.

MDCA

CONSTRUÇÃO, CONSERVAÇÃO, LIMPEZA E REFRIGERAÇÃO

CRO 12

Obra
Reforço Estrutural Casa de Matar 3ª Cia Forças Especiais

Bancos
SINAPI - 04/2023 - Amazonas

B.D.I.
20,96%

Encargos Sociais
Não Desonerado:
Horista: 113,08%
Mensalista: 70,12%

Cronograma Físico e Financeiro

Item	Descrição	Total Por Etapa	30 DIAS	60 DIAS	90 DIAS
1	A001 - SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS (PROJETOS, SONDAGENS, LAUDOS, ETC)	9.479,50	90,00%	5,00%	5,00%
			8.531,55	473,98	473,98
2	A002 - SERVIÇOS AUXILIARES E ADMINISTRATIVOS	28.016,34	33,30%	33,30%	33,40%
			9.329,44	9.329,44	9.357,46
3	A005 - SERVIÇOS DE LIMPEZA DE TERRENO E OUTROS	2.131,25	70,00%	30,00%	
			1.491,88	639,38	
4	A006 - SERVIÇOS DE DEMOLIÇÃO E REMOÇÕES	5.884,53	90,00%	10,00%	
			5.296,08	588,45	
5	A008 - EQUIPAMENTOS ALUGADOS	3.418,47	33,30%	33,30%	33,40%
			1.138,35	1.138,35	1.141,77
6	A009 - CANTEIRO DE OBRAS	11.186,16	33,30%	33,30%	33,40%
			3.724,99	3.724,99	3.736,18
7	E001 - FUNDAÇÃO	47.766,42	60,00%	40,00%	
			28.659,85	19.106,57	
8	E003 - ESTRUTURA METÁLICA	226.392,90		40,00%	60,00%
				90.557,16	135.835,74
Porcentagem			**17,39%**	**37,54%**	**45,01%**
Valor			**58.172,14**	**125.558,31**	**150.545,12**
Valor Acumulado			**58.172,14**	**183.730,45**	**334.439,41**
Porcentagem Acumulado			**17,39%**	**54,9%**	**100,0%**

[redacted]

[redacted]

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 19/11/2024 16:46:49

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA**
CNPJ: **26.885.173/0001-28**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 26.885.173/0001-28
Certidão nº: 80017713/2024
Expedição: 19/11/2024, às 16:47:29
Validade: 18/05/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **26.885.173/0001-28**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA**

CPF/CNPJ: **26.885.173/0001-28**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 16:48:23 do dia 19/11/2024 , com validade até o dia 19/12/2024.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: YYx9c03T4fjr3Clr8L7U

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**26.885.173/0001-28**	DUNS®:	**919167146**
Razão Social:	**M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA**		
Nome Fantasia:	**MDCA CONSTRUCAO**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**10/03/2025**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Sem Informação		
FGTS		Validade:	**22/11/2024**	**Automática**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**15/03/2025**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**06/10/2024**	(*)
Receita Municipal	Validade:	**30/10/2024**	(*)

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/06/2025**

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO **Nº 14/2023**, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA **COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS** DA 12ª REGIÃO MILITAR E A **M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA**.

A UNIÃO, por intermédio da COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR, com sede na Avenida Coronel Teixeira, 2061, Bairro Ponta Negra, na cidade de Manaus/AM, inscrita no CNPJ sob o nº 09.583.415/0001-00, neste ato representada pelo seu Ordenador de Despesas, **Tenente-Coronel** [redacted] nomeado pela Portaria nº 485, de 12 de maio de 2022, publicada no DOU nº 91, de 16 de maio de 2022, inscrito no CPF nº [redacted] portador da matrícula funcional militar nº 013091084-7, doravante denominada CONTRATANTE, e empresa **M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **26.885.173/0001-28,** sediada na Rua São Joaquim, nº 57, Bairro: Morro da Liberdade, CEP: 69073-000 em Manaus/AM, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. **OSMAR MIRANDA**, portadora da Carteira de Identidade nº **1614603-4**, expedida pela SSP/AM e CPF nº **291.130.593-00**, tendo em vista o que consta no Processo **nº 64333.002309/2023-50** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Pregão Eletrônico nº 13/2023**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é:

1.1.1. **PRORROGAR** o prazo de **vigência** do objeto contratual por mais 181 (cento e oitenta e um) dias corridos, com fundamento no §1º, do artigo 57 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, iniciando-se em **31 de dezembro de 2024** e, encerrando-se em **30 de junho de 2025**, e seguindo a justificativa técnica para aditivo.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

2.1. A CONTRATADA deverá renovar a garantia contratual anteriormente prestada.

2.1.1. Com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual.

3.1.1 Atualizar, após acréscimos no valor original, o valor da garantia correspondente a 5% do valor atualizado do instrumento original em epigrafe, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão contratante.

3. CLÁUSULA QUARTA – DOCUMENTAÇÃO ANEXA

3.1. Integram este Termo Aditivo, para todos os fins e efeitos, os seguintes documentos técnicos: justificativa técnica para aditivo de prazo e serviço ao Termo de contrato 14/2023, referente a **Reparação da Estrutura da Casa de Matar da 3ª Cia FE, em Manaus/AM.**

4. CLÁUSULA QUINTA - RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

5. CLÁUSULA SEXTA – PUBLICAÇÃO

5.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, de acordo com o prescrito no artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente termo aditivo foi lavrado em **3 (três)** vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Manaus/AM, 19 de novembro de 2024.

pela CONTRATANTE

_____

[redacted] – Tenente Coronel
CPF: [redacted]
Ordenador de Despesas da CRO/12

pela CONTRATADA

_____

OSMAR MIRANDA
CPF Nº 291.130.593-00
M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA

ROL DE TESTEMUNHA:

1ª: _____
[redacted] – ST Aux Sec Cont

2ª: _____
[redacted] – 3º Sgt Aux. da SALC

MINISTERIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR
(COMISSÃO DE OBRAS CORONEL PAULO NUNES LEAL)

Ofício nº 90-SALC/CRO/12
EB: 64333.004610/2024-89

Manaus, AM, 21 de novembro de 2024.

Senhora
FRANCISLÉIA N. C. DE M. FALCÃO
Consultora AGU
Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar
Rua Salvador, nº440, Edifício Soberane, 16º Andar, Sala 1600
CEP 69057040 - Manaus-AM

Assunto: **Solicitação de parecer jurídico para o TA 2 do TC 14/2023 Prazo de vigência a PE 13/2023**

Senhora Consultora Jurídica da União no Estado do Amazonas,

Encaminho o Processo Administrativo abaixo descrito para análise jurídica, de acordo com o art. 38 da Lei no 8.666/93 c/c art. 11 da Lei Complementar no 73, de 1993, conforme o seguinte formulário para tramitação:

Data Limite: 15 dias	**Solicitação de parecer jurídico destinado ao objeto: Prazo de vigência de 181 dias ao TA 2 do TC 14/2023 decorrente a PE 13/2023 - referente a Reparação da Estrutura da Casa de Matar da 3ª Cia FE, em Manaus/AM.** **T.FLS**: 632
e-mail: licitacro12@gmail.com	**Telefone:** (92) 3238-7514/6853
NUP: 64333.002309/2023-50	**Nº de volumes:** 04 PASTAS
Prazo de Vigência: 181 dias	**Sigla do Órgão:** CRO/12
Acrescimo de serviço: S/A	**Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 13/2023
Data de abertura do processo: 28 de junho de 2023.	

MODELOS DA AGU	
EDITAL E ANEXO: Foram adotados? (X) SIM ( ) NÃO	
Qual o modelo utilizado: não é o caso	
Houve alteração: ( ) SIM (X) NÃO	
Relação dos itens modificados: não é o caso	
PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO	
ASSUNTO/OBJETO: Prazo de vigência de 181 dias ao TA 2 do TC 14/2023 decorrente a PE 13/2023 - referente a Reparação da Estrutura da Casa de Matar da 3ª Cia FE, em Manaus/AM.	
IDENTIFICAÇÃO DO TEMA: OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA	
AQUISIÇÕES – Processos e consultas relativas à aquisição onerosa de bens mediante fornecimento único ou parcelado, ainda que a aquisição seja o meio necessário à execução direta de outra atividade ou empreendimento do órgão licitante.	**OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA** - Processos e consultas relativas a contratações de obras e serviços de engenharia, comuns ou especiais, que necessitem da participação e do acompanhamento dos profissionais cujo exercício das atividades seja fiscalizado pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), incluindo os serviços vinculados de fiscalização.
SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - Processos e consultas relativas à contratação de serviços com a disponibilização de trabalhadores da empresa nas instalações da administração pública, mesmo nas hipóteses de haver fornecimento de bens necessários à execução do serviço.	**PATRIMÔNIO** - Processos e consultas que tratem do patrimônio imobiliário da União, incluindo os procedimentos de transferência, onerosa ou não, bem como os atos antecedentes necessários.
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - Processos e consultas relativas à contratação de serviços sem a disponibilização de trabalhadores da empresa nas instalações da administração pública, mesmo nas hipóteses de haver fornecimento de bens necessários à execução do serviço.	**RESIDUAL** - Processos e consultas cujo tema não se enquadre nos demais.
CONCILIAÇÃO E REPRESENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL - Processos ou documentos referentes a Conciliações e que versem sobre Representação em Inquéritos Civis do Ministério Público Federal ou do Trabalho.	
Observação:	

Certifico o SOBRESTAMENTO do processo **NUP 64333.002309/2023-50**, objetivando auxiliar a verificação e análise por parte dessa CJU/AM, assumindo o compromisso da não movimentação do mesmo a partir de 19/11/2024.

[redacted] **- Capitão**
Chefe da Salc

200 ANOS DO TENENTE ANTONIO JOÃO: HERÓI DA EPOPEIA DE DOURADOS.

Este documento é peça do processo 64333.002309/2023-50

Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) **Cap** [redacted] em 21/11/2024, às 09:26 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

w832-eiWT-y+Sz-LgsX

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
SUBCONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO DE GESTÃO PÚBLICA
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA NOS ESTADOS

PARECER n. 00122/2024/CGEN-EST/SCGP/CGU/AGU

NUP: 64333.002309/2023-50
INTERESSADOS: COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR - CRO/12ª RM
ASSUNTOS: PREGÃO ELETRÔNICO E OUTROS

DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATO DE ESCOPO. PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA. LEI N. 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

I - Pregão Eletrônico nº 13/2023 para prestação de serviços de reparação da estrutura da Casa de Matar da 3ª Cia FE, em Manaus/AM.

II - Aspectos gerais sobre a prorrogação contratual. Considerações pertinentes à prorrogação do prazo de vigência contratual. Sugestão de ajuste na redação da minuta do termo de aditamento.

III - Valor estimado R$ 334.438,41

IV - Viabilidade jurídica da prorrogação contratual sem necessidade de retorno.

1 - RELATÓRIO

1. Trata-se de processo encaminhado a esta Subconsultoria-Geral da União de Gestão Pública pela Comissão Regional de Obras da 12 Região Militar para análise de minuta de termo aditivo ao Contrato n. 14/2023, que tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência da contratação.

2. Pretende a Administração Consulente a prorrogação do prazo de vigência. O contrato foi firmado coma a empresa M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA em 9/11/2023 para viger pelo prazo de 270 dias. Na sequência, o Primeiro Termo Aditivo prorrogou o prazo de vigência até 31/12/2024.

3. Dos documentos que instruem os autos do processo eletrônico no Sapiens, destacamos:

-Termo de contrato nº 14/2023 (Seq. 14, OUTROS 1, pag.6)

-PARECER n. 00969/2024/E-CJU/ENGENHARIA/CGU/AGU (Seq. 21, PARECER 1)

-Ofício de envio do feito para apreciação jurídica (Seq. 24, OUTROS 1, pag.1)

-Justificativas quanto ao cumprimento das recomedações do PARECER n. 00969/2024/E-CJU/ENGENHARIA/CGU/AGU (Seq. 25, OUTROS 1, pag.4)

-CADIN (Seq. 25, OUTROS 1, pag.13)

-Primeiro Termo Aditivo - prazo vigência 31/12/2024 (Seq. 25, OUTROS 1, pag.18)

-Extrato de Publicação de Termo Aditivo (Seq. 25, OUTROS 1, pag.20)

-Check list Valor contrato R$ 334438,41 (Seq. 26, OUTROS 1, pag.3)

-Justificativa para prorrogação do prazo de vigência do contrato (Seq. 26, OUTROS 1, pag.6)

-Ficha de informações gerais da obra (Seq. 26, OUTROS 1, pag.9)

-Relatório de Acompanhamento Simplificado (Seq. 26, OUTROS 1, pag.11)

-Consulta consolidada de pessoa jurídica exarada pelo Tribunal de Contas da União (Seq. 26, OUTROS 1, pag.13)

-Certidão negativa de débitos trabalhistas (Seq. 26, OUTROS 1, pag.14)

-Certidão negativa correcional (Seq. 26, OUTROS 1, pag.15)

-Declaração sistema SICAF (Seq. 26, OUTROS 1, pag.16)

-2º Termo Aditivo (minuta) (Seq. 26, OUTROS 1, pag.17)

4. É o relatório.

2 - FINALIDADE E ABRANGÊNCIA DO PARECER

5. A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ela envolve, também, o exame prévio e conclusivo da minuta de termo aditivo.

6. Nossa função é justamente apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

7. Importante salientar que o exame dos autos processuais restringe-se aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos, conforme Enunciado n° 07 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

> A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

8. De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do Órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

9. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do Órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências. Assim sendo, o ideal, para a melhor e completa instrução processual, é que sejam juntadas ou citadas as publicações dos atos de nomeação ou designação da autoridade e demais agentes administrativos, bem como os Atos Normativos que estabelecem as respectivas competências, com o fim de que, em caso de futura auditoria, possa ser facilmente comprovado que quem praticou determinado ato tinha competência para tanto. Todavia, a ausência de tais documentos, por si, não representa, a nosso ver, óbice ao prosseguimento do feito.

10. Finalmente, é nosso dever salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações, apresentando justificativa quando seguir orientação diversa. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

3 - LIMITES E INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA

11. No âmbito do Poder Executivo Federal, o Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, passou a estabelecer limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens, aplicáveis aos Órgãos, entidades e fundos do Poder Executivo Federal integrantes do Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, na forma do artigo 3º:

> Art. 3º A celebração de novos contratos administrativos e a prorrogação de contratos administrativos em vigor relativos a atividades de custeio serão autorizadas em ato do Ministro de Estado ou do titular de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República.
>
> § 1º Para os contratos de qualquer valor, a competência de que trata o **caput** poderá ser delegada às seguintes autoridades, permitida a subdelegação na forma do § 2º:

> I - titulares de cargos de natureza especial;
>
> II - dirigentes máximos das unidades diretamente subordinadas aos Ministros de Estado; e
>
> III - dirigentes máximos das entidades vinculadas.
>
> § 2º Para os contratos com valor inferior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), a competência de que trata o **caput** poderá ser delegada ou subdelegada aos subsecretários de planejamento, orçamento e administração ou à autoridade equivalente, permitida a subdelegação nos termos do disposto no § 3º.
>
> § 3º Para os contratos com valor igual ou inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a competência de que trata o **caput** poderá ser delegada ou subdelegada aos coordenadores ou aos chefes das unidades administrativas dos órgãos ou das entidades, vedada a subdelegação.

12. **Dessa forma, caso o objeto do contrato seja classificado como atividade de custeio, recomenda-se que o Órgão Consulente adote as providências necessárias para colher a aprovação da autoridade competente, nos termos do supracitado Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019.**

4 – PRELIMINARMENTE: O CONTRATO DE ESCOPO E A DISTINÇÃO ENTRE PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

13. O exame da pretensão aduzida pelo Órgão assessorado passa, necessariamente, pela abordagem sobre a distinção que, em doutrina, se faz entre contratos que se extinguem pela conclusão de seu objeto e os que terminam pela expiração do prazo de sua vigência.

14. Exemplo de contrato que se extingue pela conclusão do seu objeto é a empreitada para obra. Por seu turno, exemplo de contrato que finda pela expiração do seu prazo seria o contrato de serviços contínuos de serviços de limpeza.

15. O prazo nessas duas modalidades contratuais desempenha função bastante distinta: no caso da obra, o prazo contratualmente estabelecido não serve à definição do objeto, mas à demarcação do tempo que o contratado possui para a sua completa execução (entregar o prédio construído em até 300 dias, p. ex.).

16. No contrato de limpeza, o prazo contratual define a extensão do objeto (prestação de serviços de limpeza pelo prazo de 12 meses, p. ex.).

17. Nos contratos que se extinguem pela conclusão de seu objeto (os quais adotaremos a denominação de "**Contratos de Escopo**"), o vencimento do prazo de execução não extingue automaticamente o contrato, tal como ocorre nos contratos por prazo. Suscita, apenas, o exame da ocorrência ou não de mora da Contratada no cumprimento de suas obrigações, com a consequente aplicação das sanções contratuais, por não ter entregue o objeto dentro do período de tempo estipulado.

18. Noutro giro, observe-se que para este parecer adotaremos dois prazos distintos para os Contratos de Escopo: **prazo de vigência e prazo de execução**.

19. Prazo de execução é o tempo necessário para que a Contratada execute sua obrigação principal, de forma que o ultrapassando, sem entregar o objeto, estará em mora. Já o prazo de vigência, naturalmente superior ao de execução, é utilizado pelas partes para o cumprimento das demais obrigações, tal como recebimento, pagamento, eventual prorrogação etc., após o escoamento do prazo de execução.

20. Nessa esteira, o prazo de execução inicialmente ajustado pelas partes tem por alvo, exatamente, limitar o tempo que seria necessário para a execução do objeto do contrato.

21. Com efeito, a inobservância de tal prazo na execução do contrato serve para configurar, ou não, a situação de mora da Contratada, no que pertine ao cumprimento de suas obrigações, com a consequente aplicação das sanções contratuais. Portanto, os prazos de execução previstos nos contratos de escopo são prazos moratórios, o que significa dizer que a expiração destes não extingue, por si só, o ajuste.

22. Em adição à lição doutrinária acima, transcreve-se a seguir trechos do Parecer DECOR/CGU/AGU nº 133/2011, sem as notas de rodapé, que trata do tema em questão, *litteris*:

> 19. Dessa diferenciação entre contratos a termo e contratos por escopo conclui-se que os requisitos necessários para a constatação do adimplemento da parte Contratada dependerão do tipo de contrato firmado.
>
> 20. No caso dos contratos a termo, o termo final do prazo representará o momento em que o contratado deverá deixar de responder por aquela determinada prestação ou serviço. Nesse caso, a expiração do prazo, que é, ao mesmo tempo, de execução e de vigência do acordo, marca a própria extinção do contrato.

21. Já nos contratos por escopo é o cumprimento do objeto dentro do prazo de execução que resulta no adimplemento da parte Contratada. Findo o prazo fixado no contrato sem que o contratado tenha concluído o objeto por sua culpa, caracteriza-se a inadimplência contratual.

22. Segundo ensina Lucia Valle Figueiredo: "(...) casos há em que o último dia de prazo contratual será também o último dia para o contratado terminar a execução do objeto contratual. De conseguinte -se não concluído ainda o objeto contratual -, o dia subsequente ao último dia do prazo corresponderá ao termo inicial para a caracterização da inadimplência contratual. Damos um exemplo. Determinada obra deverá ser concluída em noventa dias. Ao cabo deste tempo, se não concluída a obra, não se esgotou o contrato, porque não implementado ainda o objeto contratual. Mas, inquestionavelmente, o prazo para que se considere o contratado adimplente estará expirado, tendo, a partir daí, a Administração o dever de sancioná-lo. Como, nesta segunda hipótese, não teria sido cumprido o contrato, impende perquirir por que não o foi, e se a culpa é do contratado. Se assim for, caracterizada ficará sua inadimplência. Ou, de revés, se é de ser imputada à própria Administração, hipótese em que não haverá inadimplência do contratado".

23. Desse modo, o contrato por escopo se extingue com a conclusão de seu objeto, que se ocorrer até o dia fixado resultará na cessação da obrigação do contratado para com a Administração Pública. No entendimento de Marçal Justen Filho, os contratos de escopo, a que o doutrinador se refere como "contratos de execução instantânea", "impõem à parte o dever de realizar uma conduta específica e definida. Uma vez cumprida a prestação, o contrato se exaure e nada mais pode ser exigido do contratante..."

24. Em outras palavras, "celebrando-se um contrato para que determinado objeto seja executado, executado este, cumprido estará o contrato". Caso advenha o termo final do contrato e o objeto não tenha sido concluído por culpa do contratado, este será considerado inadimplente e estará sujeito às sanções impostas na lei.

25. Em razão do exposto é que se entende que, no caso de contrato, administrativo por escopo, terminado o prazo fixado, a obrigação não estará extinta se o objeto do contrato ainda não estiver concluído e, por esse motivo, o prazo fixado no contrato teria índole moratória e não extintiva da obrigação.

23. Conforme voto do relator no Acórdão 127/2016 – Plenário, do Tribunal de Contas da União (Informativo de Licitações e Contratos 272 – Janeiro de 2016), "*nos chamados contratos por escopo (em que o objeto consistiria na obtenção de um bem ou na construção de uma obra), o prazo de execução só seria extinto quando o objeto fosse definitivamente entregue à administração e as demais obrigações fixadas no ajuste fossem plenamente satisfeitas, de modo que, inexistindo motivos para rescisão ou anulação, a extinção desse tipo de ajuste somente se operaria com a conclusão do objeto e com o seu recebimento definitivo pela administração, diferentemente do que ocorreria nas avenças por tempo determinado (em que o objeto consistiria na prestação de serviços contínuos), nos quais o prazo constituiria elemento essencial e imprescindível para a consecução ou a eficácia do objeto avençado*". Considerando tal raciocínio, o relator afirmou que "*o TCU tem acolhido, em caráter excepcional, na análise de alguns casos concretos, a tese de diferenciar os efeitos da extinção do prazo de contratos de obra*"

24. Portanto, o prazo de execução não se confunde com o prazo de vigência do contrato. Este corresponde ao prazo previsto para as partes cumprirem as prestações que lhes incumbem, enquanto aquele é o tempo determinado para que o contratado execute o seu objeto.

25. Deverá haver previsão contratual dos dois prazos: tanto o de vigência quanto o de execução, pois não se admite contrato com prazo indeterminado e o interesse público exige que haja previsão de fim tanto para a execução do objeto quanto para que a Administração cumpra a sua prestação na avença.

26. Na proximidade do termo final dos prazos de execução ou de vigência, caso a Administração pretenda estendê-los, é necessário formalizar a adequação desses prazos, que, se cabível, deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada, por meio de termo aditivo aprovado pela assessoria jurídica e pela autoridade competente para celebrar o contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades decorrentes de eventual atraso.

5 – REQUISITOS PARA A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE ESCOPO

27. Em que pese o art. 57, §1º, da Lei nº 8.666/93 mencionar a prorrogação somente do prazo de execução, entende-se que os motivos que ensejam a prorrogação da execução são os mesmos motivos ensejadores da prorrogação da vigência, nos termos do art. 16 da Instrução Normativa nº 05, de 2017 e do item 2 do seu Anexo IX abaixo transcritos, respectivamente:

IN 5/17

Art. 16. Os serviços considerados não continuados ou contratados por escopo são aqueles que impõem aos contratados o dever de realizar a prestação de um serviço específico em um período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

IN 5/17 – Anexo IX

2. Os contratos por escopo têm vigência por período determinado, podendo excepcionalmente ser prorrogado pelo prazo necessário à conclusão do objeto, desde que justificadamente e observadas as hipóteses legais previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

28. Para a prorrogação do contrato de escopo devem ser satisfeitas as seguintes exigências:

a) Justificativa fundamentada para a prorrogação: motivação administrativa e devido enquadramento legal;

b) Relatório do fiscal do contrato que discorra sobre a execução contratual, com informações acerca da atual situação da obra/serviço;

c) A impossibilidade de eficácia retroativa do aditivo;

d) Manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou para a contratação direta;

e) Prorrogação antes do término dos prazos inicialmente estabelecidos;

f) Atualização da garantia;

g) Formalização da prorrogação mediante termo aditivo ao contrato;

h) Previsão orçamentária para as despesas (em caso de aumento do valor contratual);

i) Atualização das Planilhas Orçamentárias e do cronograma físico-financeiro, com apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);

j) Justificativa formal e autorização prévia da autoridade competente.

5.1 – Justificativa fundamentada para a prorrogação: motivação administrativa e devido enquadramento legal

29. Primeiramente, a Administração deverá apresentar a justificativa fundamentada para a prorrogação do contrato de escopo, demonstrando os pressupostos de fato e de direito que dão amparo à medida, expondo que a mesma é necessária, atende ao interesse público e está em conformidade com uma das hipóteses previstas no art. 57, §1º, da Lei n. 8.666/1993:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

[...]

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

30. Porém, nem toda prorrogação de Contrato por Escopo se enquadrará, necessariamente, numa das hipóteses do artigo 57, § 1º, da lei nº 8.666, de 1993. Pode ser que estejamos diante da simples culpa da Contratada em cumprir com sua obrigação contratual, configurando sua mora. Neste caso, a Administração sopesará o interesse público e a motivação do Contratada – averiguando a efetiva possibilidade de que venha a entregar o objeto - para decidir se rescinde o contrato ou a mantém contratada, aplicando-lhe as penalidades cabíveis e, por conseguinte, nesta última situação, prorrogando o contrato.

31. Com efeito, trata-se de apresentar a motivação administrativa para a prorrogação do contrato, **ponto fundamental da instrução processual e de superlativa importância**, por ser o meio pelo qual são explicitadas as razões que justificam o ato, conferindo-lhe juridicidade e transparência, conforme preceitua o art. 50 da Lei n. 9.784, de 1999:

> Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:
>
> [...]
>
> § 1º A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.
>
> [...]

32. Por conseguinte, o processo deve ser - previamente à formalização do aditivo - instruído com manifestação técnica em que formalmente sejam demonstradas as justificativas fáticas e jurídicas que dão ensejo à prorrogação, baseadas em fatos posteriores ao início da execução contratual, acompanhada de documentos comprobatórios de tais justificativas, para que fique bem caracterizada a hipótese de prorrogação de vigência.

33. A respeito da motivação administrativa, transcrevemos excerto da obra de Juarez Freitas (O Controle dos Atos Administrativos e os princípios fundamentais, 5ª edição, Malheiros: São Paulo, 2013, p. 90):

> O lastro maior reside no art. 93 da CF, e a exigência da motivação intersubjetiva é dos mais destacados elementos de transição para o Direito Administrativo dialógico – em oposição ao período autocrático e unilateralista -, vedando qualquer decisão desmotivada. Assim, as decisões administrativas serão explicitamente fundamentadas (sob pena de nulidade), isto é, haverão de ter como suporte razões objetivas e congruentes (na leitura conjugada, em especial, dos incisos IX e X do art. 93 da CF e de várias Constituições Estaduais, assim como de várias regras infraconstitucionais – notadamente o art. 50 da Lei 9.784/1999).

34. Na motivação administrativa, a autoridade deverá apontar os fatos e fundamentos que embasam a prorrogação do contrato, com o devido enquadramento numa das hipóteses previstas no §1º do art. 57 supratranscrito, inclusive apontando a eventual culpa do contratado.

35. Assim, **a prorrogação dos prazos contratuais deve ser sempre medida de exceção, justificada ou pela superveniência de fato relevante que impeça o cumprimento das obrigações das partes no lapso inicialmente acordado e, por conseguinte, demande readequação proporcional (hipóteses do artigo 57, § 1º, da lei nº 8.666, de 1993), ou em razão da mora da Contratada, situação em que o prazo será readequado de forma motivada pelo prazo estritamente necessário à finalização do objeto, concomitantemente à cominação das penalidades aplicáveis, observadas as garantias do contraditório e da ampla defesa.**

36. Com efeito, a correta fundamentação jurídica da prorrogação integra o conteúdo da motivação, dado que a Administração Pública somente pode atuar com respaldo legal, razão pela qual deve ser comprovado que a prorrogação contratual atende aos requisitos da hipótese normativa em que foi enquadrada.

37. No caso em tela, foi juntada justificativa técnica para prorrogação do prazo de vigência do contrato (Seq. 26, OUTROS 1, pag.6) do qual se extrai o seguinte trecho:

> EXPOSIÇÃO DOS FATOS/JUSTIFICATIVA TÉCNICA
>
> A obra em questão se encontra em execução e a atual vigência finaliza em 31 de dezembro de 2024. No entanto, o referido contrato ainda aguarda execução de diversos serviços bem como recebimento de recurso, não havendo tempo hábil suficiente para cumprir as demandas executivas e administrativas do mesmo.A fim de possibilitar o processo de liquidação e finalização do contrato dentro da vigência contratual, esta Fiscalização estima que sejam necessários 181 dias de aditamento do prazo de vigência.

38. Como se percebe, trata-se de aditamento para que o recebimento de serviços e de recursos seja feito dentro do prazo de vigência da contratação.

39. **Reitera-se que, na motivação administrativa, a autoridade deverá apontar os fatos e fundamentos que embasam a prorrogação do contrato, com o devido enquadramento numa das hipóteses previstas no §1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993. Por esse motivo, recomenda-se ao órgão assessorado que proceda ao enquadramento legal em um das hipóteses previstas no citado dispositivo legal, são elas:**

> Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:
>
> § 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:
>
> I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;
>
> II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
>
> III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
>
> IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;
>
> V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
>
> VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

5.2 - Relatório que discorra sobre a execução contratual, com informações acerca da atual situação da obra/serviço.

40. Toda alteração de contrato deve ser acompanhado de informações sobre sua execução. No intuito de registrar que o Contratado vem cumprindo com suas obrigações contratuais e exercendo suas atividades a contento, é indispensável da juntada ao processo de relatório do(s) fiscal(is) do contrato, atestando que o objeto contratual tenha sido prestado regularmente.

41. No caso em tela, foram juntados ao procedimento ficha de informações gerais da obra (Seq. 26, OUTROS 1, pag.9) e Relatório de Acompanhamento Simplificado (Seq. 26, OUTROS 1, pag.11).

5.3 – A impossibilidade de eficácia retroativa do aditivo

42. O art. 60 da Lei n. 8.666/1993 veda o contrato verbal, o que abrange, logicamente, os termos aditivos, razão pela qual deverá haver prévia formalização dos aditivos contratuais para as prorrogações de prazos e alterações dos termos da avença. Vejamos como prescreve o apontado dispositivo legal:

> Art. 60. Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem.
>
> Parágrafo único. É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea "a" desta Lei, feitas em regime de adiantamento.
>
> (grifo nosso)

43. Segundo o TCU, alterações contratuais sem a devida formalização mediante termo aditivo configuram contrato verbal, ainda que o pagamento seja realizado após a assinatura do contrato, o que pode levar à apenação dos

gestores omissos quanto ao cumprimento do dever (Acórdão nº 1227/12 – TCU-Plenário). Assim, é nulo qualquer ajuste verbal entre a Administração e o contratado para promover alterações qualitativas ou quantitativas ocorridas durante a execução do objeto.

44. Não é possível, pois, conferir retroatividade ao Termo Aditivo, de forma que os seus efeitos surgirão apenas a partir da sua celebração. Por isso, não é permitida a prestação de novos serviços antes da assinatura do respectivo Termo Aditivo, muito menos o pagamento de serviços dele decorrentes com fundamento nesse instrumento jurídico.

45. Frise-se que a hipótese suscitada acima foi objeto do Acórdão nº 2603/2021-TCU-Plenário, o qual, dentre outras providências, foi expresso em promover a oitiva do *Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR)* sobre a eventual celebração de termos aditivos *"com efeito retroativo às suas formalizações",* bem como objeto do Acórdão nº 266/2024-TCU-Plenário, recomendando-se sua observância:

> (...)
> 9.1.4. ainda que não haja pagamento antecipado ou sem contraprestação de serviços, a realização de atividades não previstas no contrato, sem que se tenha formalizado o termo aditivo, afronta o art. 60, parágrafo único, c/c o art. 61 da Lei 8.666/1993 e o art. 132 da Lei 14.133/2021, salvo nos casos excepcionais de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de um mês e deverá constar de cláusula expressa do seu instrumento, de modo a atender os princípios da transparência e da publicidade e a possibilitar a adequada análise pela consultoria jurídica.
> (...)
> 9.3. recomendar à Consultoria Jurídica junto ao MIDR, com fundamento no art. 250, III, do RITCU e no art. 11 da Resolução-TCU 315/2020, que, ao se deparar com termos aditivos que contenham planilhas orçamentárias, cuja análise fuja a sua competência ou expertise, inclua, em tópico específico, com observância aos Acórdãos TCU-Plenário 748/2011, 1.944/2014 e 1.485/2019, alerta quanto à necessidade de atualização dos valores ali contidos, para que, na prática, não se dê efeitos retroativos ao Termo Aditivo, em observância ao parágrafo único do art. 60 da Lei 8.666/1993 e o art. 132 da Lei 14.133/2021, considerando o lapso temporal entre a elaboração da planilha e a sua assinatura;

46. **Portanto, compete ao setor técnico a emissão de pronunciamento no sentido de atestar nos autos que os serviços objeto do Termo Aditivo ao contrato somente serão prestados após o regular processamento do instrumento de aditamento (assinatura, publicação e emissão da respectiva ordem de serviço, etc), conforme planilha e cronograma prospectivo que constem como anexo ao termo aditivo.**

5.4 – Manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou para a contratação direta

47. O art. 55, inciso XIII, da Lei n. 8.666/1993, prescreve:

> Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:
> XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

48. Tratando-se de obrigação da contratada, a manutenção das condições de habilitação deve ser objeto de constante fiscalização durante a execução contratual. Dessa forma, por ocasião da formalização de termo aditivo, deve-se analisar se tal obrigação está sendo cumprida.

49. Ademais, como a prorrogação pode decorrer de outras alterações contratuais, é importante conferir a manutenção das condições de habilitação tendo em vista possibilitar à Administração averiguar se a contratada ainda se mantém apta à realização do contrato com as alterações implementadas e nos novos prazos contratuais, a fim de que tenha elementos para avaliar o transcorrer da execução contratual.

50. Na hipótese de ser identificada alguma pendência nos critérios de habilitação da contratada, a Administração deverá avaliar sua gravidade em termos de repercussão no contrato e para fins de continuidade da sua execução.

51. É possível que haja pendência de menor gravidade que não impeça a formalização do aditivo e a continuidade da execução contratual (o contrato de escopo somente se extingue, em regra, pela execução do seu objeto), embora dê ensejo à aplicação de sanção administrativa e à exigência de seu saneamento. Por outro lado, pode ser identificada pendência de maior gravidade que impeça a continuidade contratual.

52. Caberá à Administração renovar as certidões de regularidade antes da celebração do Termo Aditivo e avaliar a existência e gravidade das eventuais pendências para, fundamentadamente, adotar a decisão que melhor atenda ao interesse público, continuando a execução do contrato ou promovendo sua extinção, conforme a ocorrência.

53. No caso em tela, foi juntada consulta consolidada de pessoa jurídica exarada pelo Tribunal de Contas da União (Seq. 26, OUTROS 1, pag.13) com nada consta para todos os cadastros.

54. Também foi juntada Certidão negativa de débitos trabalhistas (Seq. 26, OUTROS 1, pag.14) e Certidão negativa correcional (Seq. 26, OUTROS 1, pag.15).

55. **Consta do feito declaração do sistema SICAF (Seq. 26, OUTROS 1, pag.16) comprobatória da regularidade trabalhista da empresa M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA. Contudo, encontram-se vencidas as certidões de regularidade fiscal federal, estadual e municipal, razão pela qual se recomenda que seja ela renovada antes da celebração do termo aditivo.**

5.5 - Prorrogação antes do término dos prazos inicialmente estabelecidos

56. Embora o término do prazo de vigência dos contratos de escopo não acarrete propriamente, como abordado acima, a extinção da relação contratual, isso não significa que os prazos contratuais deixam de ter obrigatoriedade.

57. Muito pelo contrário, sendo os prazos do contrato definidos em cláusulas contratuais estabelecidas pelas partes, estas devem zelar por seu fiel cumprimento, evitando deixar que os mesmos se vençam sem o cumprimento das respectivas obrigações, sob pena de configuração da hipótese das respectivas sanções pelo seu descumprimento. A esse respeito, o art. 55, inciso IV, da Lei n. 8.666/1993 prescreve:

> Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:
>
> IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;

58. Desse modo, na hipótese de ser necessária a formalização de termo aditivo para prorrogação de algum prazo contratual (vigência e execução), este deverá ser realizado antes do término dos respectivos prazos contratuais, evitando a constituição em mora de uma das partes.

59. É preciso, porém, fazer a distinção entre o prazo de vigência e o prazo de execução para fins de prorrogação. Em se tratando do prazo de vigência, uma vez expirado, não há mais possibilidade de prorrogar a vigência do contrato, nos termos do PARECER 133/2011/DECOR/CGU/AGU e da Orientação Normativa AGU nº 03, de 01/04/2009, respectivamente:

> (...)
>
> 28. Portanto, em tese, o **prazo de execução** previsto nos contratos por escopo **é apenas moratório**, o que significa dizer que sua expiração não resulta na extinção do ajuste. (...)
>
> 29. O prazo de vigência corresponde ao prazo previsto para as partes cumprirem as prestações que lhes incumbem. Já o prazo de execução é o tempo determinado para que o contratado execute o seu objeto.
>
> 30. Após a execução do objeto pelo contratado, a Administração possui ainda um prazo para recebê-lo e efetuar o pagamento. Por esse motivo, distinguem-se o prazo de execução e o prazo de vigência, já que, enquanto a Administração não efetua o pagamento, ainda há obrigações pendentes (..).
>
> 31. **Assim, restando diferenciados os prazos de execução e de vigência, é certo que, nos contratos por escopo, ainda que terminado o prazo de execução, a avença continua válida no mundo jurídico enquanto o prazo de vigência não tiver sido ultrapassado**.
>
> (...)
>
> ORIENTAÇÃO NORMATIVA AGU nº 03/09

> Na análise dos processos relativos à prorrogação de prazo, cumpre aos órgãos jurídicos verificar se não há extrapolação do atual prazo de vigência, bem como eventual ocorrência de solução de continuidade nos aditivos precedentes, hipóteses que configuram a extinção do ajuste, impedindo a sua prorrogação.

60. Por outro lado, caso o contrato ainda se encontre vigente, mas o prazo de execução se encontre expirado, será possível fixar um novo prazo de execução a partir da celebração do Termo Aditivo. Nesse caso, não se revela adequado falar propriamente de prorrogação, pois o prazo de execução se encontra expirado. Saliente-se que a Orientação Normativa AGU nº 03, de 01/04/2009, veda a prorrogação contratual com prazo de vigência já vencido, não se aplicando aos prazos de execução, já que, conforme dito, eles não se confundem.

61. **É recomendável, de qualquer forma, que a área técnica verifique se as causas do não cumprimento do objeto contratual no prazo aventado podem ser imputadas ao contratado, à luz das obrigações contratuais e responsabilidades previstas também no Termo de Referência/Projeto Básico, com a consequente apuração no devido processo legal e eventual aplicação das penalidades cabíveis.**

62. **Recomenda-se, portanto, a celebração do termo aditivo antes do término do prazo de vigência estabelecido no contrato.**

5.6 – Atualização da garantia

63. Caso tenha sido formalizada garantia, esta deverá ser atualizada em razão do aditivo, em consonância com o novo prazo de vigência e o novo valor contratual, se houver alteração deste.

64. No caso em tela, consta da cláusula segunda a expressa obrigação que prevê a renovação do prazo de garantia.

5.7 - Formalização da prorrogação mediante termo aditivo ao contrato

65. Uma vez que os prazos contratuais são normas as quais as partes se vinculam e devem fielmente executar, sua alteração necessita de formalização por meio de termo aditivo, a teor do art. 60 da Lei n. 8.666/1993:

> Art. 60. Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem.
>
> Parágrafo único. É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea "a" desta Lei, feitas em regime de adiantamento.
>
> (grifo nosso)

5.9 – Atualização das Planilhas Orçamentárias e do cronograma físico-financeiro, com a apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)

66. Quanto ao orçamento, é dever da Administração, na contratação obras e serviços de engenharia, elaborar planilha detalhada com a consolidação dos quantitativos e preços unitários e total da contratação (art. 7º, §2º, inciso II, da Lei n. 8.666/1993, c/c art. 2º, I, II, VIII e IX, do Decreto nº 7.983, de 2013).

67. O cronograma físico-financeiro consiste na divisão da obra ou serviço de engenharia em fases que deverão ser executadas sequencialmente, onde cada uma delas prevê as atividades que serão realizadas e os respectivos prazos de execução, ao final das quais a Administração deverá verificar o devido cumprimento em comparação com as especificações dos projetos e atestar as condições daquilo que foi entregue pela contratada a fim de determinar as correções devidas pelo executor da obra ou comunicar ao setor financeiro competente a possibilidade de deflagração dos procedimentos pertinentes ao pagamento da etapa cumprida.

68. A Administração deverá proceder à atualização das planilhas orçamentárias e do cronograma físico-financeiro em compatibilidade com os novos prazos contratuais.

69. Outrossim, deverá ser exigida a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos documentos eventualmente alterados, nos termos do art. 10 do Decreto nº 7.983/13 e da Súmula 260 do TCU, respectivamente:

> Art. 10 do Decreto nº 7.983/13
>
> A anotação de responsabilidade técnica pelas planilhas orçamentárias deverá constar do projeto que integrar o edital de licitação, inclusive de suas eventuais alterações.

> Súmula 260 – TCU
>
> É dever do gestor exigir apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART referente a projeto, execução, supervisão e fiscalização de obras e serviços de engenharia, com indicação do responsável pela elaboração de plantas, orçamento-base, especificações técnicas, composições de custos unitários, cronograma físico-financeiro e outras peças técnicas.

70. No caso dos autos, não consta cronograma físico financeiro e também não foi juntada a Anotação de Responsabilidade Técnica referente ao objeto do Termo Aditivo.

71. **Recomenda-se ao órgão assessorado que esclareça se por se tratar de solicitação limitada à prorrogação do prazo de vigência do contrato, não acontecerá alterações no cronograma físico-financeiro, uma vez que não haverá novas etapas de execução de serviços, permanecendo o cronograma físico-financeiro inalterado.**

72. **Recomenda-se também a juntada de Anotação de Responsabilidade Técnica relativa ao objeto do Termo Aditivo.**

5.10 – Justificativa formal e autorização prévia da autoridade competente

73. Para a celebração do aditivo, faz-se necessária sua autorização prévia pela autoridade competente segundo as normas internas de organização administrativa do órgão contratante, consoante prescreve o art. 57, §2º, da Lei n. 8.666/1993:

> Art. 57.....
>
> § 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

74. Examinando os autos, percebe-se que não foi juntada a autorização da autoridade competente para celebração do termo aditivo, razão pela qual se recomenda ao órgão assessorado que proceda à sua juntada no procedimento.

7 - MINUTA DO TERMO ADITIVO

75. **No tocante à minuta de termo aditivo (Sei. n.), as exigências legais pertinentes foram devidamente atendidas, cabendo apenas ressalvar que deverá ser indicado no subitem 1.1.1 do termo aditivo o enquadramento legal da justificativa da prorrogação contratual, tendo como parâmetro as hipóteses previstas no art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.**

8 - CONCLUSÃO

76. Diante de todo o exposto, no exercício das atribuições previstas na Lei Complementar nº 73, de 1993, e no art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666, de 1993, ressalvados os elementos estritamente técnicos, administrativos, financeiros e de conveniência e oportunidade da Administração Consulente, **concluímos pela viabilidade jurídica da celebração do Segundo Termo Aditivo ao Contrato n. 14/2023, bem como pela adequação jurídico-formal de sua minuta (Seq. 26, OUTROS 1, pag.17), desde que observados os parâmetros, os condicionantes e as recomendações apresentados neste pronunciamento jurídico, em especial os seguintes parágrafos destacados em negrito e sublinhados 12, 39, 46, 55, 71, 72, 75.**

77. Sugiro o encaminhamento do processo à Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar para conhecimento deste pronunciamento e adoção das providências de sua alçada.

Brasília, 05 de dezembro de 2024.

RAFAELA DE OLIVEIRA CARVALHAES
Advogada da União
SIAPE 1512570

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em https://supersapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 64333002309202350 e da chave de acesso 99de1a7c

---

Documento assinado eletronicamente por RAFAELA DE OLIVEIRA CARVALHAES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1776062646 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): RAFAELA DE OLIVEIRA CARVALHAES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 05-12-2024 16:44. Número de Série: 654372557451877645764062110 80. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

DIEx Simplificado Nº 1024-Sec Tec/CRO/12
EB: 64333.005099/2024-32

Manaus, AM, 19 de dezembro de 2024.

Do Chefe da Seção Técnica

Ao Sr Chefe da Salc

Assunto: Parecer Jurídico 0122/2024 ao TC 14/2023 referente a PE 13/2023 - resposta

Referências:
a) Diex Simplificado nº 145-SALC/CRO/12, de 10 DEZ 24.

1. Em resposta ao documento da referência, encaminho ao senhor as justificativas das quais a **SALC deve observar ao que estiver em negrito, se for caso**:

a. ITEM 12 Dessa forma, caso o objeto do contrato seja classificado como atividade de custeio, recomenda-se que o Órgão Consulente adote as providências necessárias para colher a aprovação da autoridade competente, nos termos do supracitado Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019: não é o caso;

b. ITEM 39 Reitera-se que, na motivação administrativa, a autoridade deverá apontar os fatos e fundamentos que embasam a prorrogação do contrato, com o devido enquadramento numa das hipóteses previstas no §1º do art.57 da Lei nº 8.666/1993. Por esse motivo, recomenda-se ao órgão assessorado que proceda ao enquadramento legal em um das hipóteses previstas no citado dispositivo legal, são elas: enquadra-se no § 1º, inciso II, do Art. 57 da Lei nº 8.666/93: superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato, devido dificuldades de aquisição de vigas e pilares metálicos;

c. ITEM 46 Portanto, compete ao setor técnico a emissão de pronunciamento no sentido de atestar nos autos que os serviços objeto do Termo Aditivo ao contrato somente serão prestados após o regular processamento do instrumento de aditamento (assinatura, publicação e emissão da respectiva ordem de serviço, etc), conforme planilha e cronograma prospectivo que constem como anexo ao termo aditivo: não é o caso, pois o Termo Aditivo refere-se à vigência;

d. ITEM 55 Consta do feito declaração do sistema SICAF (Seq. 26, OUTROS 1, pag.16) comprobatória da regularidade trabalhista da empresa M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA. Contudo, encontram-se vencidas as certidões de regularidade fiscal federal, estadual e municipal, razão pela qual se recomenda que seja ela renovada antes da celebração do termo aditivo: *A SALC deverá atentar-se à essa recomendação*;

e. ITEM 71 Recomenda-se ao órgão assessorado que esclareça se por se tratar de solicitação limitada à prorrogação do prazo de vigência do contrato, não acontecerá alterações no cronograma físico-financeiro, uma vez que não haverá novas etapas de execução de serviços, permanecendo o cronograma físico-financeiro inalterado: não haverá alterações no cronograma físico-financeiro;

f. ITEM 72 Recomenda-se também a juntada de Anotação de Responsabilidade Técnica relativa ao objeto do Termo Aditivo: segue, em anexo, a ART;

g. ITEM 75 No tocante à minuta de termo aditivo (Sei. n.), as exigências legais pertinentes foram devidamente atendidas, cabendo apenas ressalvar que deverá ser indicado no subitem 1.1.1 do termo aditivo o enquadramento legal da justificativa da prorrogação contratual, tendo como parâmetro as hipóteses previstas no art. 57, § 1o, da Lei nº 8.666/1993: *A SALC deverá atentar-se à essa recomendação*.

2. Isto posto, entendo que os questionamentos da CJU pertinentes a esta Seção Técnica estão esclarecidos e quaisquer eventuais dúvidas podem ser dirimidas diretamente com o 1º Ten Martins, Fiscal

Este documento é p

do referido contrato.

3. Após o atendimento das observações a cargo da SALC, caso existam, o processo poderá prosseguir.

Luciana da Costa Moreira - Maj
Chefe da Seção Técnica

80 ANOS DO INÍCIO DAS OPERAÇÕES DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA NO TEATRO DE OPERAÇÕES EUROPEU

Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) **Maj Luciana da Costa Moreira**, em 19/12/2024, às 16:23 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

34Wi-8unt-efV+-VC+H

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 19/11/2024 16:46:49

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA**
CNPJ: **26.885.173/0001-28**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 26.885.173/0001-28
Certidão nº: 80017713/2024
Expedição: 19/11/2024, às 16:47:29
Validade: 18/05/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **26.885.173/0001-28**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA**

CPF/CNPJ: **26.885.173/0001-28**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 16:48:23 do dia 19/11/2024 , com validade até o dia 19/12/2024.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: YYx9c03T4fjr3Clr8L7U

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**26.885.173/0001-28**	DUNS®:	**919167146**
Razão Social:	**M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA**		
Nome Fantasia:	**MDCA CONSTRUCAO**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**10/03/2025**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Sem Informação		
FGTS		Validade:	**22/11/2024**	**Automática**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**15/03/2025**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**06/10/2024**	(*)
Receita Municipal	Validade:	**30/10/2024**	(*)

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/06/2025**

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO **Nº 14/2023**, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA **COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS** DA 12ª REGIÃO MILITAR E A **M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA**.

A UNIÃO, por intermédio da COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR, com sede na Avenida Coronel Teixeira, 2061, Bairro Ponta Negra, na cidade de Manaus/AM, inscrita no CNPJ sob o nº 09.583.415/0001-00, neste ato representada pelo seu Ordenador de Despesas, **Tenente-Coronel FÁBIO BARROS DE SOUSA**, nomeado pela Portaria nº 485, de 12 de maio de 2022, publicada no DOU nº 91, de 16 de maio de 2022, inscrito no CPF nº 828.781.613-00, portador da matrícula funcional militar nº 013091084-7, doravante denominada CONTRATANTE, e empresa **M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **26.885.173/0001-28,** sediada na Rua São Joaquim, nº 57, Bairro: Morro da Liberdade, CEP: 69073-000 em Manaus/AM, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. **OSMAR MIRANDA**, portadora da Carteira de Identidade nº **1614603-4**, expedida pela SSP/AM e CPF nº **291.130.593-00**, tendo em vista o que consta no Processo **nº 64333.002309/2023-50** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Pregão Eletrônico nº 13/2023**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é:

1.1.1. **PRORROGAR** o prazo de **vigência** do objeto contratual por mais 181 (cento e oitenta e um) dias corridos, com fundamento no §1º, do artigo 57 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, iniciando-se em **01 de janeiro de 2024** e, encerrando-se em **01 de julho de 2025**, e seguindo a justificativa técnica para aditivo.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

2.1. A CONTRATADA deverá renovar a garantia contratual anteriormente prestada.

2.1.1. Com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual.

3.1.1 Atualizar, após acréscimos no valor original, o valor da garantia correspondente a 5% do valor atualizado do instrumento original em epigrafe, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão contratante.

3. CLÁUSULA QUARTA – DOCUMENTAÇÃO ANEXA

3.1. Integram este Termo Aditivo, para todos os fins e efeitos, os seguintes documentos técnicos: justificativa técnica para aditivo de prazo e serviço ao Termo de contrato 14/2023, refer[redacted]

4. CLÁ[redacted]

4.1. [redacted]
cont[redacted]

5. CLÁ[redacted]

5.1. [redacted]
no D[redacted]
8.66[redacted]

5.2. [redacted]
de ig[redacted]
teste[redacted]

GRUPAMENTO DE APOIO DO RIO DE JANEIRO

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO Nº 90049/2024

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no D.O.U em 09/12/2024 . Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços de Transporte Militar

ALESSANDRA DE OLIVEIRA VENTURA
Ordenadora de Despesas

(SIDEC - 20/12/2024) 120039-00001-2024NE000001

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2024 - UASG 120039

Nº Processo: 67246001752202381. Objeto: Contratação de serviço de Calibração e Revisão de equipamentos de Precisão para o Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro e Unidades Apoiadas.. Total de Itens Licitados: 15. Edital: 23/12/2024 das 08h00 às 11h15 e das 12h30 às 16h00. Endereço: Avenida Mal. Camara, 233 - 2 Andar - Castelo, - Rio de Janeiro/RJ ou https://www.gov.br/compras/edital/120039-5-90004-2024. Entrega das Propostas: a partir de 23/12/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 08/01/2025 às 10h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

ALESSANDRA DE OLIVEIRA VENTURA
Ordenadora de Despesas

(SIASGnet - 20/12/2024) 120039-00001-2024NE800063

COMANDO DO EXÉRCITO

GABINETE DO COMANDANTE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90030/2024 - UASG 160086

Nº Processo: 64536029723202419. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de hortifrutigranjeiros, itens de panificação, água mineral e produtos agropecuários destinados ao Gabinete do Comandante do Exército (Gab Cmt Ex).. Total de Itens Licitados: 187. Edital: 23/12/2024 das 08h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h00. Endereço: Qgex Bloco a 3 Piso - Smu, Smu - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/160086-5-90030-2024. Entrega das Propostas: a partir de 23/12/2024 às 08h30 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 14/01/2025 às 09h30 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

LEANDRO PAIVA MARQUES
Ordenador de Despesas

(SIASGnet - 19/12/2024) 160086-00001-2024NE000001

COMANDO LOGÍSTICO

CENTRO DE OBTENÇÕES DO EXÉRCITO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 129/2024 - UASG 160069

Nº Processo: 65492.006613/2024-97.
Pregão Nº 18/2023. Contratante: CENTRO DE OBTENCOES DO EXERCITO.
Contratado: 22.183.594/0001-56 - MEIAS LUCKSON LTDA. Objeto: Aquisição de meias verde oliva.
Fundamento Legal: LEI 14.133/2021 - Artigo: 28 - Inciso: I. Vigência: 19/12/2024 a 19/04/2026. Valor Total: R$ 245.456,00. Data de Assinatura: 18/12/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 20/12/2024).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 156/2024 - UASG 160069

Nº Processo: 65492.006893/2024-33.
Pregão Nº 90005/2024. Contratante: CENTRO DE OBTENCOES DO EXERCITO.
Contratado: 16.701.716/0001-56 - STELLANTIS AUTOMOVEIS BRASIL LTDA.. Objeto: Aquisição de viatura.
Fundamento Legal: LEI 14.133/2021 - Artigo: 28 - Inciso: I. Vigência: 19/12/2024 a 13/12/2025. Valor Total: R$ 94.441,00. Data de Assinatura: 18/12/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 20/12/2024).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 150/2024 - UASG 160069

Nº Processo: 65492.006852/2024-47.
Pregão Nº 90005/2024. Contratante: CENTRO DE OBTENCOES DO EXERCITO.
Contratado: 16.701.716/0036-86 - STELLANTIS AUTOMOVEIS BRASIL LTDA.. Objeto: Aquisição de viaturas.
Fundamento Legal: LEI 14.133/2021 - Artigo: 28 - Inciso: I. Vigência: 19/12/2024 a 13/12/2025. Valor Total: R$ 583.960,00. Data de Assinatura: 18/12/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 20/12/2024).

COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA

17ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA

COMANDO DE FRONTEIRA DO ACRE / 4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 62/2024 - UASG 160002

Número do Contrato: 12/2023.
Nº Processo: 65323.009599/2023-44.
Inexigibilidade. Nº 9/2023. Contratante: COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4 BIS. Contratado: 13.597.264/0001-16 - R. EDWARD MARCA OLIVERA. Objeto: Atendimento hospitalar na área de gastroenterologia e endoscopia. Vigência: 18/12/2024 a 18/12/2025. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 140.000,00. Data de Assinatura: 10/12/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 10/12/2024).

2º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 47/2024 - UASG 160015

Nº Processo: 64282.009696/2024-89.
Inexigibilidade Nº 90035/2023. Contratante: COMANDO 2 GRUPAMENTO ENGENHARIA.
Contratado: 03.264.927/0001-27 - MANAUS AMBIENTAL S.A.. Objeto: Prestação de serviços de fornecimento de água potável e esgotamento sanitário.
Fundamento Legal: LEI 14.133/2021 - Artigo: 74 - Inciso: I. Vigência: 16/12/2024 a . Valor Total: R$ 30.000,00. Data de Assinatura: 16/12/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 20/12/2024).

COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2024 - UASG 160017

Número do Contrato: 35/2021.
Nº Processo: 64333.004224/2021-44.
Concorrência. Nº 1/2021. Contratante: COMISSAO REGIONAL DE OBRAS/12. Contratado: 24.342.072/0001-85 - MLOBATO ENGENHARIA LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do objeto contratual em 181 (cento e oitenta e um) dias, com fundamento no inciso II e §1º, do artigo 57 da lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, esse contrato tera a vigência a partir desta data 01 de janeiro de 2024, encerrando-se em 01 de julho de 2025, e seguindo a justificativa técnica para aditivo. Vigência: 01/01/2025 a 01/07/2025. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 8.535.273,30. Data de Assinatura: 20/12/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 20/12/2024).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2024 - UASG 160017

Número do Contrato: 14/2023.
Nº Processo: 64333002309202350.
Pregão. Nº 14/2023. Contratante: COMISSAO REGIONAL DE OBRAS/12. Contratado: 26.885.173/0001-28 - M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do objeto contratual por mais 181 (cento e oitenta e um) dias corridos, com fundamento no §1º, do artigo 57 da lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, iniciando-se em 01 de janeiro de 2024 e, encerrando-se em 01 de julho de 2025, e seguindo a justificativa técnica para aditivo. Vigência: 01/01/2025 a 01/07/2025. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 334.438,41. Data de Assinatura: 20/12/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 20/12/2024).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2024 - UASG 160017

Número do Contrato: 4/2023.
Nº Processo: 64333.000780/2023-11.
Pregão. Nº 2/2023. Contratante: COMISSAO REGIONAL DE OBRAS/12. Contratado: 35.184.272/0001-73 - TRIVIAL SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do objeto contratual por mais 181 dias corridos, iniciando-se em 31 de dezembro de 2024 e, encerrando-se 30 de junho de 2025. Vigência: 31/12/2024 a 30/06/2025. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 988.503,53. Data de Assinatura: 20/12/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 20/12/2024).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2024 - UASG 160017

Número do Contrato: 77/2020.
Nº Processo: 64333.004552/2020-60.
Tomada de Preços. Nº 47/2020. Contratante: COMISSAO REGIONAL DE OBRAS/12. Contratado: 21.001.742/0001-01 - EVEREST ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do objeto contratual em 182 dias corrido, com início em 31 de dezembro de 2024, encerrando-se em 01 de julho de 2025. Vigência: 31/12/2024 a 01/07/2025. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 2.830.921,54. Data de Assinatura: 20/12/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 20/12/2024).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 7/2024 - UASG 160017

Número do Contrato: 18/2020.
Nº Processo: 64333.002855/2019-71.
Concorrência. Nº 10/2019. Contratante: COMISSAO REGIONAL DE OBRAS/12. Contratado: 18.683.397/0001-29 - M F FRAZAO CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do objeto contratual em 181 dias, iniciando-se em 01 de janeiro de 2025 e, encerrando-se em 01 de julho de 2025. Vigência: 01/01/2025 a 01/07/2025. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 6.849.415,60. Data de Assinatura: 20/12/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 20/12/2024).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2024 - UASG 160017

Número do Contrato: 26/2022.
Nº Processo: 64333.004080/2022-15.
Concorrência. Nº 4/2022. Contratante: COMISSAO REGIONAL DE OBRAS/12. Contratado: 07.581.251/0001-56 - FVB CONSTRUCAO E SINALIZACAO DE TRANSITO LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do objeto contratual, por mais 120 dias corridos, iniciando-se em 01 de janeiro de 2025, encerrando-se em 01 de maio de 2025. Vigência: 01/01/2025 a 01/05/2025. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 3.332.363,14. Data de Assinatura: 20/12/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 20/12/2024).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 5/2024 - UASG 160017

Número do Contrato: 24/2022.
Nº Processo: 64333.001888/2022-32.
Tomada de Preços. Nº 3/2022. Contratante: COMISSAO REGIONAL DE OBRAS/12. Contratado: 84.126.721/0001-32 - EVOLUTEMP SERVICOS & INSTALACOES LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do objeto contratual por mais 180 dias corridos, iniciando-se em 29 de dezembro de 2024 e, encerrando-se em 27 de junho de 2025. Vigência: 29/12/2024 a 27/06/2025. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 546.410,18. Data de Assinatura: 20/12/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 20/12/2024).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2024 - UASG 160017

Número do Contrato: 22/2022.
Nº Processo: 64333.004132/2022-45.
Concorrência. Nº 8/2022. Contratante: COMISSAO REGIONAL DE OBRAS/12. Contratado: 07.581.251/0001-56 - FVB CONSTRUCAO E SINALIZACAO DE TRANSITO LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do objeto contratual, por mais 127 dias corridos, iniciando-se em 25 de dezembro de 2024, encerrando-se em 01 de maio de 2025. Vigência: 25/12/2024 a 01/05/2025. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 3.458.425,21. Data de Assinatura: 20/12/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 20/12/2024).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 7/2024 - UASG 160017

Número do Contrato: 76/2020.
Nº Processo: 64333.003368/2020-01.
Tomada de Preços. Nº 17/2020. Contratante: COMISSAO REGIONAL DE OBRAS/12. Contratado: 08.596.794/0001-00 - NELL ENGENHARIA LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do objeto contratual por mais 90 dias corridos, iniciando-se em 01 de janeiro de 2025, encerrando-se em 01 de abril de 2025. Vigência: 01/01/2025 a 01/04/2025. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 1.864.306,47. Data de Assinatura: 20/12/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 20/12/2024).

OBRAS/12. Contratado: 24.342.072/0001-85 - MLOBATO ENGENHARIA LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do objeto contratual em 181 (cento e oitenta e um) dias, com fundamento no inciso II e §1º, do artigo 57 da lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, esse contrato tera a vigência a partir desta data **01 de janeiro de 2024, encerrando-se em 01 de julho de 2025**, e seguindo a justificativa técnica para aditivo. Vigência: **01/01/2025 a 01/07/2025.** Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 8.535.273,30. Data de Assinatura: **20/12/2024.**

Em consequência, os interessados tomem conhecimento e providências decorrentes.

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO Nº 02/2024 - UASG 160017

Atendendo ao caput do art 82 das IG 12-02, torno pública a celebração do Extrato do Termo do Aditamento conforme dados a seguir: úmero do Contrato: **14/2023**. Nº Processo: 64333002309202350. Pregão. Nº 14/2023. Contratante: COMISSAO REGIONAL DE OBRAS/12. Contratado: 26.885.173/0001-28 - M D DE C DE ALMEIDA E CIA LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do objeto contratual por mais 181 (cento e oitenta e um) dias corridos, com fundamento no §1º, do artigo 57 da lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, iniciando-se em **01 de janeiro de 2024 e, encerrando-se em 01 de julho de 2025**, e seguindo a justificativa técnica para aditivo. Vigência: **01/01/2025 a 01/07/2025**. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ **334.438,41**. Data de Assinatura: **20/12/2024.**

Em consequência, os interessados tomem conhecimento e providências decorrentes.

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO Nº 04/2024 - UASG 160017

Atendendo ao caput do art 82 das IG 12-02, torno pública a celebração do Extrato do Termo do Aditamento conforme dados a seguir: Número do Contrato: **4/2023**. Nº Processo: **64333.000780/2023-11**. **Pregão. Nº 2/2023**. Contratante: COMISSAO REGIONAL DE OBRAS/12. Contratado: 35.184.272/0001-73 - **TRIVIAL SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA**. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do objeto contratual por mais 181 dias corridos, iniciando-se em 31 de dezembro de 2024 e, encerrando-se **30 de junho de 2025. Vigência: 31/12/2024** a 30/06/2025. Valor Total Atualizado do Contrato: **R$ 988.503,53**. Data de **Assinatura: 20/12/2024**

Em consequência, os interessados tomem conhecimento e providências decorrentes.

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO Nº 04/2024 - UASG 160017

Atendendo ao caput do art 82 das IG 12-02, torno pública a celebração do Extrato do Termo do Aditamento conforme dados a seguir: Número do **Contrato: 77/2020**. Nº Processo: **64333.004552/2020-60**. **Tomada de Preços. Nº 47/2020**. Contratante: COMISSAO REGIONAL DE OBRAS/12. Contratado: 21.001.742/0001-01 - **EVEREST ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA**. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do objeto contratual em 182 dias corrido, com início em **31 de dezembro de 2024, encerrando-se em 01 de julho de 2025**. Vigência: 31/12/2024 a 01/07/2025. Valor Total Atualizado do Contrato: **R$ 2.830.921,54. Data de Assinatura: 20/12/2024**

Em consequência, os interessados tomem conhecimento e providências decorrentes.